

Economicus n° 0

Revista angolana de ciência económica



Preço: 3900 Kz

Outubro de 2022

ECONOMICUS

n° 0

REVISTA ANGOLANA DE CIÊNCIA ECONÓMICA

*Centro de Investigação económica
da Universidade Lusíada de Angola*

CINVESTEC-ULA

Título:

Revista Economicus N° 0

Outubro de 2022

Copyright © Universidade Lusíada de Angola

Proibida a reprodução total ou parcial desta revista sem a autorização expressa da Saber Angola, Prestação de Serviços, Lda. Todos os direitos estão reservados.

Contactos:

E-mail: Info@cinvestec.com

Internet: <http://www.cinvestec.com>

Conselho Científico:

Ana Duarte

Ennes Ferreira

Heitor Carvalho

Maria da Conceição Silva

Ndongala Garcia

Tombwele Pedro

Revisão:

Escolar Editora

Heitor Carvalho

Yanai Lopez

Edição:

Esly Pereira

Capa:

Stélvia Kativa

Número de Exemplares:

150

Índice

Apresentação	1
Crédito Bancário: condicionalismos e crowding in	
Por: Mateus Makiadi	2
Covid-19: suas implicações sobre as economias e em particular a de Angola	
Por: Paulo Vica	6
Oportunidades e desafios da Demografia angolana face à Covid-19	
Por: Justino Angolar	20
Contribuição para a crítica do multiplicador keyesiano	
Por: Heitor Carvalho	27
(Des)industrialização, petróleo e a “doença holandesa” em angola	
Por: Noé Mateus	33
Análise das implicações da covid-19 na execução orçamental em angola no período 2020-2021	
Por: João de Sousa Kassinda	41

Apresentação

É com muita satisfação e orgulho que lançamos a Revista *Economicus*.

Pretendemos, através desta, divulgar textos de carácter científico em Angola, promovendo o interesse dos autores angolanos pela publicação.

Trata-se de um número experimental, construído com base numa selecção de textos já publicados pelo CINVESTEC.

São seis textos de vários autores reflectindo sobre a dinâmica do crédito em Angola, a inevitável influência da Covid-19, que é observada numa perspectiva demográfica, económica e orçamental, um texto muito profundo do Prof. Noé Mateus sobre a nossa dependência petrolífera e um artigo totalmente teórico de crítica ao multiplicador keynesiano.

Inclui textos de Profs. de vários ramos do saber económico e ciências afins, desde a macroeconomia à estatística e à demografia e um texto académico de um aluno da pós-graduação.

Inicia-se também com esta publicação a recepção de textos para o número 1 da *Economicus*. Esperamos que este número zero seja incentivo suficiente para vos convencer a escrever e enviar os Vossos textos.

Esperemos que a *Economicus* seja um sucesso e, sobretudo, que seja do vosso agrado.

Saudações académicas

Heitor Carvalho

Director do CINVESTEC

Crédito Bancário: condicionalidades e crowding-in

Autor: Mateus Maquiadi (MM)

Economista e Docente Universitário

INTRODUÇÃO

A relevância do crédito bancário está estritamente relacionada com a relevância deste negócio para a economia, ou, dito de outro modo, se não pudermos negar a importância do dinheiro nos negócios, então também nunca poderemos negar a importância do crédito nos negócios. O crédito bancário se estabelece como sendo um instrumento importante no processo de acumulação de capital, sendo essencial para o fomento da actividade dos sectores produtivos e das famílias. A relação com o desenvolvimento é estreita, de maneira tal que as economias mais avançadas têm rácios de transformação mais elevados. De notar que os rácios de transformação em Angola têm tido uma trajectória crescente mas ainda longe dos padrões que se deseja e que essa expansão refreada deverá estar associada a muitos factores inerentes ao mercado de crédito. Neste artigo vou abordar alguns tópicos do mercado de crédito, especificamente algumas condicionalidades, e vou me estender até a controvérsia do efeito crowding-out que se constitui como o sendo um factor de retracção do crédito. A primeira parte do artigo trata do enquadramento no sentido de contextualizar o mercado de crédito e deixar o leitor por dentro do assunto; na segunda parte são abordadas as condicionalidades do crédito bancário com recurso aos normativos do Banco Nacional de Angola e, de seguida, respondo, de forma muito técnica, à pergunta controversa sobre a possibilidade de existir um efeito de crowding-out ou de crowding-in na nossa economia, usando os dados da Unidade de Gestão da Dívida Pública, terminado com uma curta conclusão e apresentação das fontes bibliográficas.

1. ENQUADRAMENTO

O crédito bancário teve uma trajectória crescente, desde os anos 2005 até o ano de 2014, a que vou chamar “período antes da crise”, com uma taxa média de crescimento em torno dos 36%. A partir de 2014, a que vou chamar “período de crise”, começou a declinar, registando uma variação média até 2019 de menos 0,08%.

Os estudos da Deloitte Angola, Banca em Análise, demonstram que no período antes da crise, o volume de crédito concedido pelo sector bancário foi de Kz 14,3 mil milhões, comparativamente aos Kz 14,8 mil milhões concedidos no período de crise (2015 a 2019). A priori, o que se pode depreender daqui é que os bancos concederam mais crédito no período de crise, no entanto, o rácio de transformação médio e a evolução do volume de depósitos nos dizem outra coisa.

Podemos ver isso com lupa: no período antes da crise em que a banca havia concedido cerca de Kz 14,3 mil milhões, o rácio médio de transformação foi de 55%, ou seja, durante aquele período, por cada Kz 100 de depósitos, Kz 55 se destinavam para crédito. Já no período de crise, em que o volume de crédito atingiu o valor de Kz 14,8 mil milhões, o rácio médio de transformação foi de 40%, isto é, desta vez, por cada kz 100 em depósito, a banca já não alocava kz 55 para crédito, mas apenas kz 40, o que perfaz uma redução relativa no volume de crédito de kz 15, por cada Kz 100 em depósitos.

No período antes da crise, o volume de depósitos foi de aproximadamente kz 25 mil milhões, enquanto no período de crise os depósitos ascenderam a kz 37 mil milhões. O que quer dizer que, nestes tempos de crise, o sector bancário tem tido mais liquidez para conceder crédito, e, como os rácios de transformação se têm reduzido substancialmente, pode-se concluir que a banca, embora estando em melhores condições financeiras, tem feito cada vez menos esforços para financiar a economia e está a deixá-la carente numa fase em que mais precisa.

Ademais, se a banca tivesse mantido constante o rácio médio de transformação de 55% do período antes da crise no período de crise, teria concedido à economia kz 5,6 mil milhões a mais,

perfazendo cerca de Kz 43 mil milhões, comparativamente aos Kz 37 mil milhões concedidos, *ceteris paribus*.

Uma comparação da tendência do volume de crédito e do volume de depósitos demonstra que os bancos têm cada vez menos apetência a conceder crédito, sendo que os rácios de transformação têm decrescido significativamente desde 2015, enquanto os níveis de depósitos continuam cada vez mais altos (ver gráfico).

2. CONDICIONALIDADES DO CRÉDITO BANCÁRIO

Inúmeras razões têm condicionado o crédito bancário em Angola, dentre elas a política monetária e de regulação, o crescimento económico e questões estruturais (direitos de propriedade, desigualdade na distribuições do rendimento, doing business,...)

Concernente à política monetária, há um amplo consenso ao nível da literatura económica relativamente ao poder dos bancos centrais para influenciar a procura e a oferta por crédito, e consequentemente o volume de crédito bancário concedido. Em rigor, a influência do Banco Central passa pela manipulação dos instrumentos de política monetária, alterando a quantidade de moeda no sistema bancário e consequentemente o volume de crédito.

No caso concreto do BNA, devido ao sistema financeiro subdesenvolvido que limita sua capacidade de actuação, o seu estímulo ao crédito tem passado muito mais por uma política de regulação do que monetária. Actualmente o BNA tem influenciado os níveis de crédito pela via da publicação de Avisos (Aviso n.º 10/2020 de 3 de Abril,...), directivas (Directiva n.º 05/DSB/DRO/ 2019 de 20 de Maio,...) e instrutivos (Instrutivo n.º 15/2020 de 22 de Setembro,...)

O crescimento económico é certamente uma das causas que afecta o volume de crédito. Os meus cálculos, usando como fontes os dados da Banca em Análise e os do Banco Mundial, demonstram que o crescimento económico e o volume de crédito caminham na mesma direcção, contando com um nível de correlação positivo próximo dos 60%. O que quer dizer que o crédito bancário é procíclico, ou seja, tende a crescer em períodos de expansão e tende a decrescer em períodos de recessão. A razão desta prociclicidade se dá porque os períodos de recessão são caracterizados por alto risco e incerteza, pelo que, os incentivos de concessão de crédito são menores.

De acordo com um modelo simples de crédito, o acesso de um indivíduo ao mercado de crédito é determinado pelo seu colateral e pelo nível de riqueza inicial, que, se estiver abaixo do nível considerado crítico¹, nenhum indivíduo, mesmo que queira, pode tornar-se empresário se depender do financiamento proveniente do mercado de crédito. Assim sendo, a inexistência de definição dos direitos de propriedade e a desigualdade na distribuição do rendimento que há em Angola, se constituem como grandes barreiras ao acesso ao crédito bancário.

Outra questão que se coloca é o doing business, em que, na última publicação, Angola estava na posição 177º. Neste caso, os bancos não têm grandes incentivos para conceder crédito, por saberem que, não havendo facilidade para fazer negócios, a probabilidade dos negócios financiados gerarem retornos são muito baixas, o que gera riscos maiores de incumprimento.

3. HÁ REPULSÃO (CROWDING-OUT) OU ATRACÇÃO (CROWDING-IN)?

Diz-se muito que os bancos não concedem crédito porque preferem investir em títulos do Estado e que a emissão destes títulos provoca um efeito crowding-out. Ora bem, faz todo o sentido os bancos terem mais incentivos em conceder crédito ao Estado por serem instituições avessas a risco e maximizadoras de lucro. No entanto, entendo que há uma falácia em torno do efeito crowding-out.

O crowding-out, por definição, ocorre quando o Estado enxuga a liquidez do sistema bancário por via da emissão de títulos, dificultando assim, o financiamento ao sector privado, o que gera pressões nas taxas de juros.

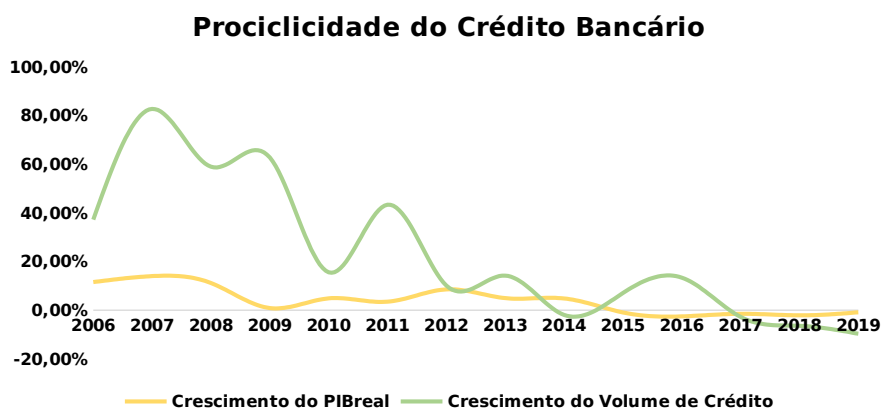
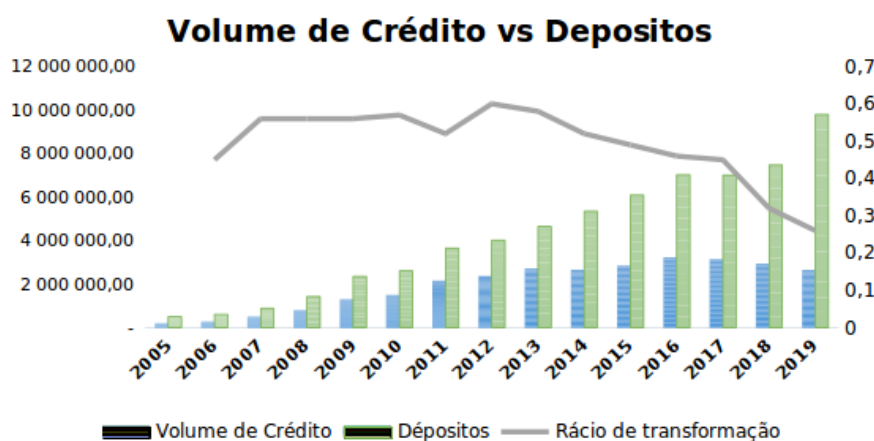
1 Valor da dotação inicial que transforma a desigualdade em igualdade, em sentido estrito

Mas não me parece que esteja a acontecer um crowding-out, porque, por um lado, os Planos anuais de endividamento de 2021 e 2020, apresentam endividamentos internos líquidos negativos² na ordem dos Kz 732,02 mil milhões e Kz 1.363,27 mil milhões, respectivamente. Não obstante ser uma previsão, cujos números reais somente podem ser obtidos através da Conta Geral do Estado, há uma tendência de o Estado injectar mais liquidez no sector bancário do que de a enxugar, o que não pode originar um efeito de crowding-out.

Por outro lado, as taxas de juros para o crédito bancário estão altas muito por conta dos riscos associados e não necessariamente por causa das altas taxas de juros dos títulos do tesouro ou da taxa BNA.

Enfim, eu penso que ao invés de um crowding-out, no curto prazo, pode haver um crowding-in, que relaciona-se com os incentivos para investir dos agentes privados em decorrência do aumento das despesas públicas. Logo, me parece ser exactamente isto porque, quanto mais o Estado emite títulos de dívida pública, ajustando mais para cima as taxas de juros, mais a carteira própria e alheia, da banca e dos investidores (clientes e empresas) se expõem a estes activos, o que, por sua vez, gera retornos que impulsionam outras formas de investimentos (análise positiva). Apesar disto, essa evidência pode estar associada a um ciclo vicioso que pode lesar a economia no longo prazo (análise normativa), o que é preocupante.

4. ANEXOS



² Diferença entre a emissão ou captação de dívida interna e a sua amortização

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Graça, Job, economia do desenvolvimento, 2012;

Relatórios da Deloitte Banca em Análise, edição 2005 até 2020;

The procyclicality of banking: evidence from the euro area: The procyclicality of banking: evidence from the euro area (europa.eu);

Indicadores do Desenvolvimento Mundial - Explorador de Dados Públicos do Google

Covid-19: suas implicações sobre as economias e em particular a de Angola

Autor: Paulo Vica

Consultor económico e docente universitário.¹

RESUMO

O presente artigo buscou identificar e compreender os efeitos nefastos gerados pela Covid-19 sobre as economias, com realce para os seguintes países: África do Sul, Alemanha, China, Estados Unidos, Finlândia, França, Itália, Japão, Malásia, Reino Unido, Singapura e, em particular, Angola. A compreensão do seu impacto sobre a economia somente foi possível, mediante análise de alguns indicadores económicos, tais como: a taxa de crescimento do PIB, a taxa de inflação, a taxa de desemprego, o índice de dívida pública, a taxa de juros e o nível de confiança dos empresários, subscritos na seguinte indagação: Como se comportaram as economias, mediante a pressão provocada pela Covid-19, consubstanciada no aumento de casos? Deste modo, associámos a análise destes indicadores económicos à mudança climática — o factor sazonal, considerado por alguns especialistas em saúde pública como fase de pico da Covid-19, permitiu obter três cenários de resultados sobre o comportamento das economias mediante pressão da Covid-19, a saber: a) a Covid-19 tem estado a exercer uma pressão negativa sobre as economias, afectando os rendimentos dos particulares, assim como as receitas provenientes dos impostos, que constituem a principal fonte de rendimento de um governo; b) apesar de alguns países registarem números expressivos de infecção por Covid-19, alguns dos indicadores económicos analisados tiveram um desempenho positivo, ou seja, registaram uma evolução positiva entre um período e outro; c) já para outras realidades, como é o caso de Angola, os indicadores económicos revelaram grandes fragilidades não só devido asfixia provocada pela Covid-19 mas pelo facto de a sua economia padecer de outros males, herdados muito antes do surgimento da pandemia.

Palavras-chave: Indicador económico. Covid-19. Angola.

ABSTRACT

This article, entitled, covid-19: its implications for economies and in particular that of Angola, sought to identify and understand the harmful effects generated by covid-19 on economies, with emphasis on the following countries: South Africa, Germany, China, United States, Finland, France, Italy, Japan, Malaysia, United Kingdom, Singapore and in particular Angola. The understanding of its impact on the economy was only possible through the analysis of some economic indicators, such as: the GDP growth rate, the inflation rate, the unemployment rate, the public debt index, the interest rate and the level of confidence of entrepreneurs, subscribed to the following question: how did the economies behave, under the pressure caused by covid-19 - substantiated in the increase in cases? Thus, based on the analysis of these economic indicators, associated with climate change - seasonal factor, considered by some public health specialists, as the peak phase of covid-19, it allowed to obtain three scenarios of results, on the behavior of economies under pressure from the covid-19, namely: a) covid-19 has been putting negative pressure on economies, affecting private income, as well as tax revenue, which is the main source of government income; b) in spite of some countries, registering expressive numbers of covid-19 infection, some of the economic indicators analyzed had a positive performance, that is, they registered a positive evolution, between one period and another; c) for other realities, such as Angola, its economic indicators revealed great weaknesses, not only due to the suffocation caused by the covid-19, but that its economy suffers from other evils, inherited long before the emergence of the pandemic.

Keywords: Economics indicator. Covid-19. Angola.

¹ Contacto: paulo.vica23@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O mundo, e em particular Angola, têm enfrentado uma grave crise de saúde pública provocada pela pandemia da SARS-CoV-2. A Covid-19, como é também conhecida, tem exercido uma influência negativa na qualidade de vida já fragilizada de algumas famílias.

Em Angola, a realidade é ainda mais alarmante, dada a situação económica que o país tem vindo a enfrentar, sobretudo nos últimos quatro anos e recentemente devido ao surto de SARS-CoV-2, o que torna ainda mais difícil a vida de algumas famílias, dado o aumento do número de desempregados, sobretudo indivíduos com a posição de chefes de família², na sequência de vários despedimentos colectivos ou individuais, como se verifica nos últimos meses.

A ausência de uma forma digna de obtenção de rendimento tem gerado reacções, menos abonatórias em alguns indivíduos, típicas do desemprego, as quais são abordadas em algumas literaturas de pendor económico ou sociológico, como: baixa autoestima; tendência para o suicídio; consumo exagerado de álcool e de outras drogas; aumento da violência doméstica; violação sexual; e distúrbios psicológicos.

As economias mundiais têm asfixiado por conta do vírus da Covid-19, ficando as empresas em estado de vulnerabilidade financeira, sendo que, na maioria dos casos, acabam por decretar falência. Os que se mantêm no activo apresentam reduções consideráveis nos níveis de produção, acabando por comprometer o crescimento económico do país.

Assim, para melhor condução desta pesquisa, formulou-se a seguinte interrogação:

Como se comportaram as economias mediante a pressão provocada pela Covid-19,— consubstanciada no aumento de casos? E, no ensejo de alcançar resultados precisos, traçaram-se os seguintes objectivos: identificar as medidas, administrativas, de combate à Covid-19 adoptadas pelos governos; demonstrar e compreender o impacto destas medidas sobre as economias, mediante análise de seis indicadores económicos. A pesquisa em causa é do tipo descritiva, baseada num estudo comparado, entre as economias, mediante correlação de factos, com recurso à interpretação das informações mediante tabelas e gráficos, visando obter respostas sobre o comportamento da economia. O trabalho em causa cingiu-se na escolha de economias de doze países, expressivas e relevantes, com dados actualizados, nos distintos continentes: americano (1), europeu (5), asiático (4) e africano (2), recorrendo a análise de desempenho de seis indicadores económicos, como: taxa de crescimento do PIB (em %), taxa de inflação (em %), taxa de desemprego (em %), índice de dívida pública (em %), taxa de juros (em %) e nível confiança do empresariado (em pontos). Estas variáveis serão explicadas face ao aumento da Covid-19, de Janeiro até finais da segunda semana de Agosto, segundo mês do segundo semestre de 2020, tendo como base as informações da *Tradingeconomics*.

O VÍRUS DA SARS-COV-2

De acordo com alguns pesquisadores, trata-se de uma nova doença, aparentemente identificada nos anos de 2002 e 2003³ como vírus que causa um surto de síndrome respiratória aguda grave. A SARS-CoV-2, cuja sigla deriva da língua inglesa, *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus*, tem sido a causa de várias mortes no mundo. Até à presente data, os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicavam que o mundo já contabilizara mais de 20 milhões de infectados e provocado a morte de mais de 740 mil pessoas; destes números, o continente africano contava já com mais de 1 milhão de infectados e acima de 24 mil mortes.

Angola, embora com poucas infecções, quando comparada com os restantes países em análise, tem sido uma preocupação para alguns especialistas nesta matéria, porque apresenta um índice maior de

2 A julgar pelo número de membros (4,8) que compõem o agregado familiar da família angolana. Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde — IIMS (2015–2016).

3 Trata-se de uma data não muito consensual entre vários especialistas, bem como o seu aparecimento. Alguns pesquisadores afirmam que a mesma teve o seu aparecimento original em seres humanos, nos anos de 1960 a 1964, com base na pesquisa desenvolvida pela virologista escocesa Janet Hunt, cujo trabalho não mereceu apreciação por parte de um conselho científico avalizado na matéria (BBC-NEWS, 2020).

letalidade, onde em cada 100 pessoas infectadas o número de mortes é de 6 a 8 pessoas em relação a outros países como os Estados Unidos, a África do Sul e a Alemanha, com uma incidência 2 a 3 mortes em cada 100 pessoas.

A SARS-CoV-2, ou também designada pelo termo coronavírus⁴, até à data não encontrou um antídoto eficaz, capaz de erradicar por completo o vírus do mundo. Apesar de existirem em curso algumas pesquisas, em estado avançado em laboratórios de referência mundial, o certo mesmo é que a melhor forma de cura é ainda a prevenção.

A Covid-19 é uma doença altamente contagiosa, afectando as vias respiratórias. De acordo com Alcochete (2020), o genoma dos coronavírus é uma molécula de ARN de fita simples, sentido positivo, cujo tamanho varia entre 27 a 32 kpb e que contém pelo menos seis *Open Reading Frames* (ORF).

Alguns estudos não conclusivos referem que a SARS-CoV tem origem em animais, em particular em algumas espécies de morcegos, provando que certos animais podem transmitir ao ser humano.

Os sintomas provocados em seres humanos normalmente manifestam-se por febres altas e tosse, geralmente acompanhadas de complicações respiratórias, e também podem causar complicações renais, de acordo com a pesquisa feita na Universidade Nova de Lisboa (2020).

Por outro lado, regista-se a preocupação, por parte de alguns especialistas, quanto possíveis casos de pessoas que revelaram ser portadoras deste vírus, mediante testes, mas que não apresentaram sintomas, ou seja, são assintomáticas, pelo que podem propagar ainda mais o vírus. Em Angola, esta é uma preocupação, uma vez que a sua população é maioritariamente constituída por jovens. A outra preocupação dos profissionais de saúde refere-se à escassez de matérias, revelando-se insuficientes, no âmbito de políticas de testagens em massas, como medidas recomendadas pela OMS, em algumas classes profissionais que no seu dia-a-dia entram em contacto com um número expressivo de indivíduos, face a importância das suas actividades, tais como: taxistas, camionistas, profissionais de saúde, agentes da ordem e segurança, funcionários das repartições públicas, funcionários bancários e professores, sendo estes últimos fundamentais para o retomar das aulas.

A PRESSÃO DA COVID-19 SOBRE ÀS ECONOMIAS MUNDIAIS E EM PARTICULAR A ANGOLANA

A pressão exercida sobre as economias mundiais, causada pela pandemia da Covid-19, é bastante acentuada. O ano de 2020 ficará registado como um ano atípico, face aos efeitos desta pandemia, evidenciando contracção na maioria das economias. É importante apurar o impacto desta contracção no PIB, cujos efeitos poderão ser bastante penosos para famílias, empresas e inclusive para o próprio governo.

Estima-se que as grandes economias mundiais em 2020 recuarão em média 6% a 14%, e as consequências deste recuo, provocado pelo novo vírus, já estão sendo sentidas pelas economias, com o agravar do desemprego à escala mundial, a asfixia das empresas, a queda do preço do barril de petróleo e o agudizar das condições sociais. Estas têm piorado sob os efeitos da Covid-19, principalmente nas economias subdesenvolvidas, inclusive a de Angola, o que agrava as condições sociais de algumas famílias e a pobreza, com reflexo para desnutrição infantil, onde a procura de alimentos em contentores de lixo, que há muito deixou de ser realidade, ganhou outra dimensão.

Por outro lado, os efeitos da Covid-19, aliados com as medidas de prevenção adoptadas por alguns governos, têm estado a sufocar as economias. De acordo com Vica (2020), os efeitos da Covid-19 têm estado a sufocar as grandes economias, os governos adoptaram medidas de prevenção ao alastramento desta pandemia, reduzindo a sua força de trabalho como medida de diminuição do contágio, e, como consequência, tem-se verificado um abrandamento no volume de produção, com efeitos perversos para a economia.

4 Trata-se de um grupo de vírus que tem uma espécie de coroa em volta, sendo alguns deles patogénicos e altamente infecciosos, sobretudo em crianças e idosos ou em indivíduos que padecem de outras patologias.

Verifica-se que nem as economias tidas como robustas têm sabido lidar com esta situação, com prejuízos a rondarem as centenas de milhões de dólares nestes países, o que comprometerá alguns indicadores económicos e sociais, principalmente.

Vica (2020) chama atenção para a dimensão do impacto da Covid-19 sobre as grandes economias, e muito mais sobre as economias subdesenvolvidas, que se revelaram fragilizadas. A Covid-19 não tem poupado as grandes economias, e muito menos poupará as economias subdesenvolvidas.

Angola, particularmente, tem sofrido as consequências da SARS-CoV-2 de modo acentuado, uma vez que o país por si só já enfrentava os prejuízos dos desajustes do preço do crude, o pilar da sua economia, entrando em recessão pela quarta vez consecutiva. O país vive mergulhado numa situação económica difícil, que só tem vindo a degradar-se mais por conta da situação da pandemia da Covid-19 nos últimos meses, embora o governo tenha procurado alternativas através de políticas públicas «económicas», a fim de suavizar as dificuldades pelas quais padecem os cidadãos. Infelizmente, a situação económica e social tem vindo a degradar-se cada vez mais, tendo ainda pela frente o problema da corrupção⁵, que tem beliscado os vários programas de combate nos municípios.

ANÁLISE DE (SEIS) INDICADORES ECONÓMICOS

Os indicadores económicos espelham o comportamento e/ou evolução das economias, indicam quão robusta pode ser uma economia, mediante relação de duas grandezas matemáticas. Partindo desta premissa, recorreu-se aos seguintes indicadores, mormente: taxa de crescimento do PIB; taxa de inflação; índice de endividamento público (dívida pública); taxa de desemprego; taxa de juros; e nível de confiança do empresariado. Estes indicadores ajudam-nos a compreender melhor o estado de uma economia, a sua robustez ou ainda, se quisermos, o seu desempenho.

1. Taxa de Crescimento do PIB

Este indicador fornece informações, sobre as actividades económicas desenvolvidas num dado lugar, país ou região, mensurado em termos relativos, demonstrando desta forma o comportamento de uma economia (PIB) entre um período e outro, podendo ser expresso de forma mensal, trimestral, semestral ou anual (sendo o último mais comum). Este indicador permite que os governos, através de mecanismos próprios, implementem medidas económicas «futuras» que favoreçam a sua correcção, sempre que a trajetória pretendida comprometa os resultados esperados.

Com base nas informações extraídas da *Tradingeconomics*, indiciava-se um abrandamento do crescimento da economia, na maioria dos países, à excepção da economia chinesa, que, até ao segundo mês do segundo semestre, apresentou uma taxa positiva de 11,5%, conforme tabela abaixo:

Tabela n.º 1: taxa de crescimento do PIB (%)

Taxa de Crescimento do PIB (%)		
Países	Tt (actual)	Tt-1(anterior)
China	11,5	-10
Angola	-1,8	-0,6
África do Sul	-2	-1,4
Finlândia	-3,2	-9
Japão	-7,8	0,6
Alemanha	-10,1	-2
Itália	-12,4	-5,4
França	-13,8	-5,9
Malásia	-16,5	-2
Reino Unido	-20,4	-2,2
Estados Unidos	-32,9	-5
Singapura	-42,9	-3,3

Fonte: Adaptado a partir da *Tradingeconomics* (2020).

A tabela acima reflecte o impacto económico e financeiro que as famílias em todo mundo poderão enfrentar até ao final do ano. Os dados descrevem um recuo acentuado no crescimento das

⁵ Uma enfermidade que corrói o país há muitos anos, criando uma elite de endinheirados à custa do erário público.

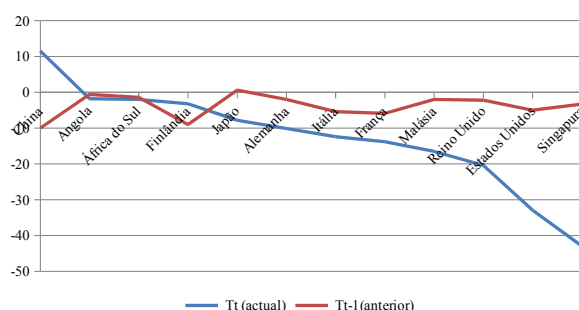
economias, isto é, até ao segundo mês do segundo semestre, pelo que é imperioso que os governos reformulem as suas estratégias, sobretudo as políticas de combate à pandemia, abrindo e liberalizando as actividades económicas, de modo gradual, como meio de inverter os efeitos da Covid-19 na economia.

A China é um dos países que têm estado a tirar bom proveito desta situação, como forma de a inverter. Aproveitando o caos provocado pela pandemia em alguns países, dinamizou a sua economia mediante o comércio de matérias e equipamentos de biossegurança contra a Covid-19 e outros bens, o que fez com que registasse uma taxa de crescimento do PIB positiva (11,5%).

Já a Alemanha, tida como uma das principais economias da Europa, bem como a Itália, França, o Reino Unido, os Estados Unidos e Singapura e economias dos Tigres Asiáticos, registaram taxas de crescimento abaixo de zero, o que de certo modo comprometerá os financiamentos e/ou investimentos destinados às áreas sociais, que é habitual os países europeus realizarem dentro e fora de suas fronteiras.

Embora a maioria dos países tenha registado taxas de crescimento do PIB negativas, em termos de desempenho (evolução), poderá apresentar-se outro tipo de informação, conforme gráfico abaixo:

Gráfico n.º 1: taxa de crescimento do PIB (%)



Fonte: extraído a partir da tabela n.º 1.

Angola, a África do Sul, a Finlândia e o Japão fazem também parte do grupo de países com taxas de crescimento do PIB negativas, porém não abaixo de 10%. Importa também realçar que, embora a Finlândia apresente uma taxa de crescimento negativa, de -3,2% (período actual), foi a segunda melhor economia, quando comparada com a da China, em termos de crescimento, registando uma variação positiva de 64%.

O Japão configura-se como a economia com o pior desempenho com uma variação negativa na ordem de 1400%. Angola ocupa a sétima pior posição com uma variação negativa da sua economia na ordem dos 200%.

2. Inflação

A inflação mede o nível geral dos preços, ou seja, mostra como se comportam os preços no mercado, num determinado período. Este indicador de desempenho económico é calculado com base no índice de preço do consumidor, a partir de um conjunto de produtos que constituem a cesta básica de uma comunidade. A inflação permite avaliar a capacidade aquisitiva dos agentes económicos: quanto maior for a taxa de inflação, mais prejudicadas ficam as famílias, com seu poder de compra fragilizado, e a economia ressentir-se-á dos seus efeitos corrosivos.

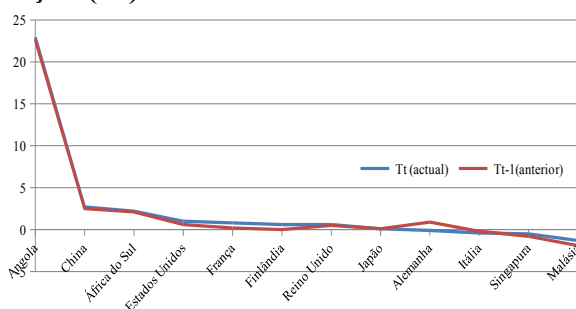
Tabela n.º 2: taxa de inflação (%)

Taxa de Inflação (%)		
Países	Tt (actual)	Tt-1(anterior)
Angola	22,93	22,62
China	2,7	2,5
África do Sul	2,2	2,1
Estados Unidos	1	0,6
França	0,8	0,2
Finlândia	0,6	0
Reino Unido	0,6	0,5
Japão	0,1	0,1
Alemanha	-0,1	0,9
Itália	-0,4	-0,2
Singapura	-0,5	-0,8
Malásia	-1,3	-1,9

Fonte: Adaptado a partir da *Tradingeconomics* (2020).

A economia angolana surge numa posição desfavorável, ocupando a primeira posição, de forma consecutiva, com uma das taxas de inflação mais elevadas, no leque destes países, acima de 21%, o que demonstra bem a corrosão do poder de compra dos agentes económicos, sobretudo nesta fase da Covid-19.

Já países como Itália, Singapura e Malásia registaram taxas de inflação negativas, entre 0,4% e 2%. Esta situação também não é muito boa, pois denota-se uma preocupação com o crescimento das suas economias. Mas pode afirmar-se que estão em melhor posição do que a economia angolana.

Gráfico n.º 2: taxa de inflação (%)

Fonte: extraído a partir da tabela n.º 2.

Em termos de comportamento, a economia nipónica manteve-se inalterada. A sua taxa de inflação, durante o período em análise, manteve-se em 0,1%. Em contrapartida, França, Alemanha, Finlândia e Itália registrarão as maiores variações, entre 100% e 300%, isto é, de um período para outro. Já a economia angolana foi a que se alterou, na ordem de 1,37%, porém foi a economia mais inflacionada.

3. Dívida pública

A dívida pública demonstra o endividamento contraído pelas instituições do Estado a nível central e local. Normalmente, este indicador, o índice de endividamento, expressa a capacidade de uma economia em honrar os seus compromissos, futuros, e, quanto menor for o rácio, maior será a capacidade do país em «quitar» os seus endividamentos, assumidos pelo governo, o que poderá se traduzir em mais folga do governo, de receitas que devem ser alocadas em investimentos estratégicos em vários sectores, principalmente no sector social.

Como foi que a pandemia encontrou estes países em termos de compromissos?

A resposta a esta questão pode ser encontrada mediante análise da tabela abaixo, referente aos doze países em análise.

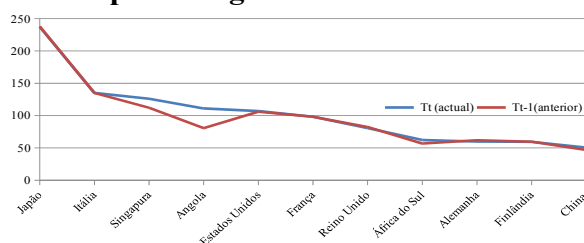
Tabela n.º 3: dívida pública em percentagem do PIB

Dívida Pública (%) do PIB		
Países	Tt (actual)	Tt-1(anterior)
Japão	237	238
Itália	135	135
Singapura	126	112
Angola	111	80,5
Estados Unidos	107	106
França	98,1	98,1
Reino Unido	80,7	82,4
África do Sul	62,2	56,7
Alemanha	59,8	61,9
Finlândia	59,4	59,6
China	50,5	46,8
Malásia	-	-

Fonte: Adaptado a partir da Tradingeconomics (2020).

O Japão afigura-se como o país com o maior índice de dívida pública, na ordem de 237% do seu PIB. E, na quarta posição, negativa, encontra-se a economia angolana, com 111%. Já a China esteve mais bem posicionada, comparativamente com as demais economias em análise, com um registo de 50,5% do índice de endividamento em relação ao PIB.

Recorrendo à análise sobre o comportamento das economias, podemos destacar o seguinte:

Gráfico n.º 3: dívida pública em percentagem do PIB

Fonte: extraído a partir da tabela n.º 3.

Em termos de comportamento ou de variação, se quisermos, Angola foi o país que mais cresceu em termos de endividamento neste período, apesar de ocupar a quarta posição, com variação de 38%, o que demonstra que, de um período a outro, a dívida evoluiu bastante, sendo a economia angolana, nesta fase, a que mais variou, enquanto as restantes economias registaram variações abaixo de 14%.

4. Desemprego

O desemprego reflecte o número de pessoas economicamente activas que, no período em análise, se encontram sem emprego formal. A taxa de desemprego mede a incapacidade do país em absorver a população economicamente activa para o mercado de trabalho, ou seja, expressa a relação entre o número de pessoas desempregadas em relação à força de trabalho: quanto menor for esta taxa, maior será a produção nacional, aparentemente.

A tabela abaixo descreve os últimos dados actualizados até ao segundo mês do segundo semestre do corrente ano, nomeadamente a taxa de desemprego nos doze países analisados:

Tabela n.º 4: taxa de desemprego (%)

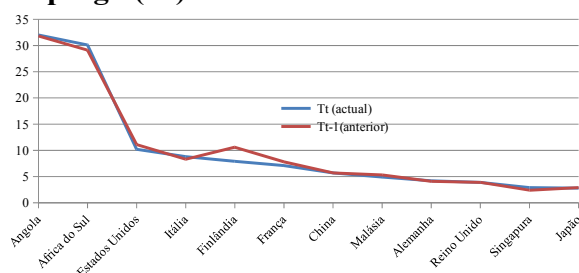
Taxa de desemprego (%)		
Países	Tt (actual)	Tt-1(anterior)
Angola	32	31,8
África do Sul	30,1	29,1
Estados Unidos	10,2	11,1
Itália	8,8	8,3
Finlândia	7,9	10,6
França	7,1	7,8
China	5,7	5,7
Malásia	4,9	5,3
Alemanha	4,2	4,1
Reino Unido	3,9	3,9
Singapura	2,9	2,4
Japão	2,8	2,9

Fonte: Adaptado a partir da Tradingeconomics (2020).

Angola registou, pela segunda vez, a maior taxa de desemprego, 31,8% (no último período) e 32% no período actual, reflectindo uma fraca capacidade de resposta por parte do governo, por meio de políticas públicas direccionadas para o combate do desemprego. E importa ressaltar que a maior parte destes indivíduos que se encontram desempregados são maioritariamente jovens na faixa etária dos 14 aos 24 anos, Angola, ao contrário dos outros países, com excepção da África do Sul, que também possui uma população economicamente activa, é composta maioritariamente por jovens.

O Japão destaca-se pela positiva como sendo o país com a menor taxa de desemprego, de 2,8%, seguido de Singapura, Reino Unido, Alemanha, Malásia, China, França e Itália, com taxas de desemprego abaixo de 10%.

Gráfico n.º 4: taxa de desemprego (%)



Fonte: extraído a partir da tabela n.º 4.

Importa referir que a economia finlandesa foi a que melhor desempenho teve, com uma redução na ordem dos 25% do desemprego, se comparado com o período anterior, seguida das economias dos Estados Unidos, com uma variação positiva de 8,1%, de França, com 8,9%, da Malásia, com 7,5%, e do Japão, com 3,4%. Por seu turno, a economia de Singapura foi a que mais evoluiu do ponto de vista negativo, com uma variação de 20,8%. Por outro lado, apesar de a economia angolana ser a que menos mudanças registou (0,6%), continua a apresentar a taxa de desemprego mais elevada, de 32% no período em análise, e na mesma linha segue a economia Sul-africana.

5. Juros

O juro é o valor que o tomador do empréstimo paga ao detentor do capital, sendo que a taxa reflecte o preço ou o encargo que o tomador deverá suportar aquando da obtenção do capital de empréstimo, junto das instituições de financiamento, mormente os bancos comerciais. Este indicador económico permite analisar o desempenho de uma economia no âmbito dos investimentos feitos pelo sector privado: quanto menor for a taxa de juros a ser praticada pelo sistema financeiro, mais oportunidades a economia terá de se diversificar e, conseqüentemente, será mais competitiva, o que estimulará potenciais investidores, nacionais e estrangeiros, nos vários escalões de actividades, seja do tipo micro, pequenas, médias ou grandes empresas. Deste modo, as taxas de juros causarão menos impacto negativo no preço final dos bens.

Como a Covid-19 está a actuar no sistema financeiro?

Tabela n.º 5: taxa de juros (%)

Taxa de Juros (%)		
Países	Tt (actual)	Tt-1 (anterior)
Angola	15,5	15,5
China	3,85	3,85
África do Sul	3,5	3,75
Malásia	1,75	2
Estados Unidos	0,25	0,25
Singapura	0,16	0,12
Reino Unido	0,1	0,1
Finlândia	0	0
França	0	0
Alemanha	0	0
Itália	0	0
Japão	-0,1	-0,1

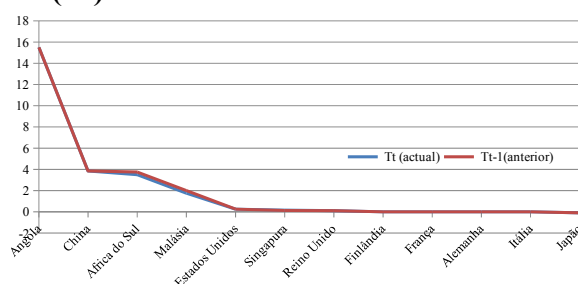
Fonte: Adaptado a partir da Tradingeconomics (2020).

Como se pode constatar, Angola apresentou, de forma consecutiva, a maior taxa média de juros, na ordem de 15,5%, praticada pelos bancos comerciais, o que espelha o peso que os empréstimos representam na estrutura financeira de uma organização e, conseqüentemente, tem implicações negativas na atracção de potenciais investidores, sejam estes nacionais ou estrangeiros.

Um outro dado a ser retido é referente às economias dos seguintes países: Estados Unidos, Singapura, Reino Unido, Finlândia, França, Alemanha, Itália e, mais ainda, Japão registaram, no período corrente, taxas bem próximas de zero, na sua maioria, e inclusive negativas (Japão), o que poderá transmitir, num primeiro momento, uma situação favorável para a economia, mas que rapidamente poderá conduzir, caso seja reiterada, a uma armadilha de liquidez, como tem sido a economia nipónica nos últimos anos.

Analisando o desempenho deste indicador no gráfico abaixo, poderemos obter mais informações:

Gráfico n.º 5: taxa de juros (%)



Fonte: extraído a partir da tabela n.º 5.

As economias da Malásia e da África do Sul foram as únicas a registar uma evolução positiva, com reduções nas taxas de juro na ordem de 12% e 6,7%, respectivamente, enquanto a economia de Singapura foi a única que teve um desempenho negativo, com uma variação de 33%. Já as demais economias se apresentaram sem alterações entre um período e outro.

6. Confiança dos empresários

Traduz o grau de risco em que os empresários incorrem ao investir num determinado segmento de negócio. Por outras palavras, trata-se de uma análise baseada em variantes fundamentais que causam impacto no investimento, determinando assim o risco associado àquela actividade, fruto das oscilações do mercado, em reacção a factores económicos, políticos, culturais e outros. Este indicador é analisado periodicamente e revela também a propensão de uma economia para atrair ou afastar o capital de outras economias.

Tabela n.º 6: confiança dos empresários (pontos)

Confiança dos Empresários (pontos)		
Países	Tt (actual)	Tt-1 (anterior)
Alemanha	90,5	86,3
Itália	85,2	80,2
França	82	78
Malásia	81	85
Estados Unidos	54,2	52,6
China	51,1	50,9
África do Sul	5	18
Reino Unido	-1	-87
Singapura	-7	-56
Angola	-16	-4
Finlândia	-16,6	-24
Japão	-34	-8

Fonte: Adaptado a partir da *Tradingeconomics* (2020).

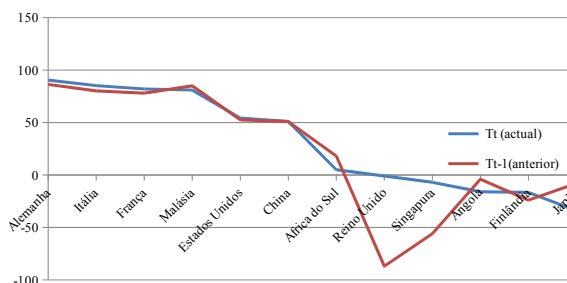
A tabela acima espelha que as economias de Alemanha, Itália, França, Estados Unidos e China se encontram acima dos 50 pontos, o que espelha a confiança por parte dos empresários, já abaixo dos 50 pontos, reflectindo um elevado pessimismo por parte dos mesmos em relação à economia. Nesta situação crítica estão as economias de Japão, Finlândia, Angola, Singapura e Reino Unido, com níveis de confiança abaixo de zero, reflectindo o elevado pessimismo, dos empresários em relação à evolução da economia, com base nas variantes em causa. Embora a economia sul-africana apresente

uma pontuação baixa (5 pontos), está mais bem posicionada em relação às últimas economias referenciadas.

E como foi o comportamento deste indicador económico, nestes países, até ao período (Tt) em referência?

Para responder a esta pergunta, recorreu-se mais uma vez ao gráfico, que espelhará o desempenho deste indicador:

Gráfico n.º 6: confiança dos empresários (pontos)



Fonte: extraído a partir da tabela n.º 6.

As economias do Japão e de Angola, além de ocuparem as últimas posições, com classificações abaixo de zero, também foram as economias que registaram evoluções negativas, com variações de 325% e 300%, ou seja, até ao último período de análise, os empresários desenvolveram algum pessimismo quanto à recuperação da economia destes países, face às perturbações sentidas pelo mercado em geral.

Os indicadores ora apresentados espelham o desempenho de cada uma das doze economias, durante a fase de aumento de casos de infecções da Covid-19 pelo mundo. E, para melhor ilustração desta evolução sobre as economias dos doze países em análise, criou-se uma tabela única, que abaixo se apresenta:

Tabela n.º 7: desempenho das economias baseado na análise de 6 indicadores

Países	Indicadores económicos												Melhor posição
	Cresc. PIB		Inflação		Dívida Pública		Desemprego		Juro		Conf. do Empresário		
	(%)	Δ%	(%)	Δ%	(%)	Δ%	(%)	Δ%	(%)	Δ%	(Pontos)	Δ%	
África do Sul	-2	↓	2,2	↑	62,2	↓	30,1	↑	3,5	↓	5	↓	11ª
Alemanha	-10,1	↓	-0,1	↓	59,8	↓	4,2	↑	0	↔	90,5	↓	2ª
Angola	-1,8	↓	22,93	↑	111	↑	32	↑	15,5	↔	-16	↓	12ª
China	11,5	↑	2,7	↑	50,5	↑	5,7	↔	3,85	↔	51,1	↓	4ª
Estado Unidos	-32,9	↓	1	↑	107	↑	10,2	↓	0,25	↔	54,2	↓	9ª
Finlândia	-3,2	↓	0,6	↑	59,4	↓	7,9	↓	0	↔	-16,6	↓	1ª
França	-13,8	↓	0,8	↑	98,1	↔	7,1	↓	0	↔	82	↓	7ª
Itália	-12,4	↓	-0,4	↓	135	↔	8,8	↑	0	↔	85,2	↓	6ª
Japão	-7,8	↓	0,1	↔	237	↓	2,8	↓	-0,1	↔	-34	↓	5ª
Malásia	-16,5	↓	-1,3	↓	-	-	4,9	↓	1,75	↓	81	↓	3ª
Reino Unido	-20,4	↓	0,6	↑	80,7	↓	3,9	↔	0,1	↔	-1	↓	8ª
Singapura	-42,9	↓	-0,5	↓	126	↑	2,9	↑	0,16	↑	-7	↓	10ª

Fonte: Extraído a partir das tabelas anteriores

Legenda:

Figura	Interpretação
↓ ou ↑	Evolução/ou Desempenho Positivo
↓ ou ↑	Evolução/ou Desempenho negativo
↔	Inalterado/ou sem variação
Δ%	Varição percentual
Sem dados	Sem dados actuais

Com base nos seis indicadores económicos analisados, podemos interpretar que a economia angolana ocupou a última posição (12.º), uma vez que, dos seis indicadores analisados, apresentou baixos desempenhos em cinco indicadores. O facto traduziu-se numa evolução negativa, entre um período e outro, tendo a taxa de juro como o único indicador, cujo desempenho foi nulo, ou seja, não teve evolução nem positiva nem negativa, mantendo a taxa de juro nos 15,5% (por sinal, a mais alta no conjunto das doze economias).

Países como Finlândia, Alemanha, Malásia e China, nesta análise, tiveram o melhor desempenho, ocupando as melhores posições na tabela acima (1.º, 2.º, 3.º e 4.º lugares). Outro dado a ser retido desta tabela é o registo positivo da taxa de crescimento do PIB da China (11,5%).

Foram perceptíveis os efeitos negativos, em alguns dos seis indicadores, nas distintas economias, sendo que algumas se comportaram de forma positiva. Porém, na maioria dos casos, registaram desempenho negativo, o que certamente comportará algumas repercussões sociais negativas, visíveis já em algumas economias, sobretudo para aquelas que já enfrentavam graves problemas económicos, antes do surgimento da pandemia, tais como: fraca diversificação da economia, dependência excessiva do sector petrolífero, elevado índice de corrupção, avultados custos com juros ao serviço da dívida pública, escassa aposta na tecnologia e inovação em sectores estruturantes da economia, reduzido investimento no sector social, como a educação e o sistema de saúde pública, limitado exercício da democracia entre outros, que estão na base desta vulnerabilidade.

A redução da produção está consubstanciado na limitação imposta pelos governos, em medidas referentes a: circulação de pessoas, encerramento dos aeroportos e portos, redução da força produtiva das empresas, entre 70% a 50%, como medidas administrativas adoptadas de combate à propagação do vírus da SARS-CoV-2. Todas estas determinações provocarão danos na economia, conforme salienta Vica (2020): “não nos parece fácil a implementação de medidas económicas que visam criar uma almofada financeira no curto prazo, quando em princípio foi o próprio governo responsável pelo desligamento — shutdown — da economia, como medida de segurança pública, em detrimento do bem maior — a vida.” Para isto, será necessário que os governos reformulem as suas estratégias de combate à Covid-19.

Após análise dos indicadores económicos, seria prudente descrever também o estado epidemiológico da Covid-19 nos doze países estudados, para melhor compreensão do modo como a pandemia está a impactar a economia, uma vez que se deduz que os recursos que outrora seriam alocados em actividades devidamente programadas (OGE-2020) hoje estão sendo canalizados para o combate à Covid-19, o que limitará os recursos.

Assim, de forma empírica, procurou-se responder à seguinte questão: Como a Covid-19 afectou os países em causa, até ao período em análise?

A pergunta permitirá compreender melhor o impacto deste vírus sobre a economia. Sendo a situação epidemiológica considerada até o período em referência, os dados destes países foram:

Tabela n.º 8: situação epidemiológica da Covid-19 (2ª Semana/Agosto)

Países	Total Infectadas	Total Mortes	Total Recuperações	Classificação
África do Sul	611 450	13 059	516 494	2ª
Alemanha	234 853	9 272	207 770	6ª
Angola	2 171	96	818	12ª
China	90 205	4 634	79 961	7ª
Estado Unidos	5 754 150	177 279	2 262 283	1ª
Finlândia	7 871	334	7 100	1ª
França	244 854	30 377	85 199	5ª
Itália	260 298	35 437	205 662	4ª
Japão	63 121	1 216	49 999	8ª
Malásia	9 274	125	8 965	10ª
Reino Unido	326 614	41 433	--	3ª
Singapura	56 404	27	54 587	9ª

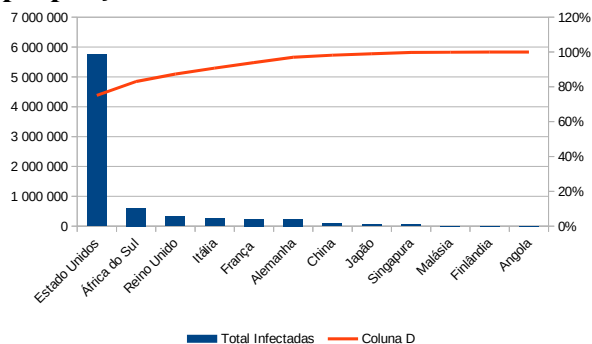
Fonte: OMS e *Tradingeconomics* (2020).

De acordo com os dados do quadro acima, até ao segundo mês referente ao segundo semestre de 2020, os Estados Unidos tinham já registo de mais de 5.000.000 pessoas infectadas, bem como mais de 177.000 mil mortes e, em termos de recuperação, contavam com mais de 2.000.000 de pessoas, destacando-se na primeira posição como o país mais afectado.

Em contrapartida, Angola se encontrava na última posição, 12.º lugar, considerada vantajosa, com apenas 2.171 casos de pessoas infectadas, com registo de 96 mortes e com uma recuperação acima de 818 pessoas.

Esta situação pode ser espelhada através do gráfico geral, referente à situação dos restantes países em análise:

Gráfico n.º 7 : análise da proporção relativa da Covid-19



Fonte: extraído a partir da tabela n.º 8

Com base nas informações do gráfico acima, só os Estados Unidos representavam 75% do total de casos infectados, com 57% de mortes e 67% pessoas recuperadas, em relação aos dados dos doze países. Angola, numa melhor posição, representa uma proporção de apenas 0,03% nos diferentes cenários, neste leque de países.

Para melhor resposta à pergunta formulada, apresentou-se uma tabela ilustrativa relacionando factos (número de pessoas infectadas e economia, ou seja, evolução da Covid-19 versus desempenho económico):

Tabela n.º 9: evolução epidemiológica versus desempenho económico

Países	Covid-19 (pessoas)				Indicadores económicos						
	Total de Infectados	Total de Mortes	Total de Recuperados	Posição	Cresc. PIB (%)	Inflação (%)	Dívida Pública	Desemprego (%)	Juro (%)	Conf. do Empresário	Posição
África do Sul	611.450	13.059	516.494	2ª	-2	2,2	62,2	30,1	3,5	5	11ª
Alemanha	234.853	9.272	207.770	6ª	-10,1	-0,1	59,8	4,2	0	90,5	2ª
Angola	2.171	96	818	12ª	-1,8	22,93	111	32	15,5	-16	12ª
China	90.205	4.634	79.961	7ª	11,5	2,7	50,5	5,7	3,85	51,1	4ª
Estados Unidos	5.754.150	177.279	2.262.283	1ª	-32,9	1	107	10,2	0,25	54,2	9ª
Finlândia	7.871	334	7.100	11ª	-3,2	0,6	59,4	7,9	0	-16,6	1ª
França	244.854	30.377	85.199	5ª	-13,8	0,8	98,1	7,1	0	82	7ª
Itália	260.298	35.437	205.662	4ª	-12,4	-0,4	135	8,8	0	85,2	6ª
Japão	63.121	1.216	49.999	8ª	-7,8	0,1	237	2,8	-0,1	-34	5ª
Malásia	9.274	125	8.965	10ª	-16,5	-1,3	--	4,9	1,75	81	3ª
Reino Unido	326.614	41.433	--	3ª	-20,4	0,6	80,7	3,9	0,1	-1	8ª
Singapura	56.404	27	54.587	9ª	-42,9	-0,5	126	2,9	0,16	-7	10ª

Fonte: Extraída a partir das tabelas n.º 7 e 8.

A tabela acima ilustra como os países foram afectados pela Covid-19 e o impacto gerado na economia, mediante análise dos indicadores, tendo ficado a Finlândia (país europeu) na penúltima posição (11.º lugar) em termos de número de pessoas infectadas pela Covid-19, o que é bom, porque poderá interpretar-se como menos impacto negativo sobre a economia neste país. Este dado confirmou-se quando analisámos a parte económica, referente aos seis indicadores propostos. Assim sendo, a Finlândia ficou mais bem posicionada (1.º lugar), demonstrando maior robustez económica, tendo apresentado sinais positivos de evolução em quatro dos seis indicadores analisados. Isto demonstra que as políticas públicas que o seu governo tem vindo a adoptar têm surtido efeito na economia e na vida social.

Os Estados Unidos, país americano, tido como o mais afectado do mundo pela pandemia da Covid-19, representando 75% do total dos casos, em comparação com os doze países em análise, do ponto de vista económico ocupou a 9.ª posição, quando se esperava um impacto negativo ainda maior na sua economia, a julgar pelo número de casos de Covid-19 registados. Isto demonstra que, embora os Estados Unidos tenham sido fortemente afectados pela pandemia da Covid-19, a sua economia tem sabido reagir à pressão a que foi submetida, até à presente data, dando sinais de uma economia sólida em relação a alguns indicadores.

Já o caso de Angola (país africano) é considerado atípico, pois, embora seja o país menos afectado pela pandemia em número de infecções, ocupando o 1.º lugar, apresentou o pior desempenho económico até ao período em análise, com base nos seis indicadores de eleição, no grupo dos doze países. Isto demonstra claramente que o país, embora tenha menos casos de infecção, está a ressentir-se de outros problemas estruturais e conjunturais que fustigam a economia há vários anos,

o que favorece uma maior vulnerabilidade no sector social (saúde e educação), pelo que seria imperioso que o «novo» executivo adoptasse estratégias diferentes para a estruturação da economia, a fim de conter os efeitos negativos na vida da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma certeza que as economias mundiais têm estado a ressentir-se dos efeitos provocados pela Covid-19, traduzidos nas medidas adoptadas pelos governos como forma de contenção da propagação do vírus. Porém, as medidas em causa têm estado a afectar o crescimento económico de vários países, pois restringem a mobilidade de pessoas e bens, sobretudo no exercício do comércio, deixando as famílias numa situação de precariedade social, agudizada pelo aumento do desemprego e pela falência de algumas empresas, sendo que as que se mantêm, até ao momento, são duramente penalizadas pela insuficiência de receitas.

As famílias, pelo mundo, estão a passar por situações económicas e financeiras extremas, principalmente aquelas em que os representantes dos agregados familiares já se encontravam no desemprego — antes do agudizar da situação de pandemia.

A realidade das famílias angolanas é bastante penosa, pois algumas sobrevivem através de acções de solidariedade. Já o mesmo não se pode dizer de outras, que recorrem ao contentor de lixo como solução para as refeições.

É certo que as medidas de combate adoptadas pelos vários governos, inclusive o de Angola, visa preservar o bem maior — a vida. Porém, estas medidas estão a criar grandes constrangimentos à economia, o que poderá fazer perigar a própria vida, caso perdurem por mais tempo. É preciso que os governos vão levantando de forma gradual as algumas medidas que restringem a mobilidade de pessoas, com impacto no exercício da actividade comercial.

A adopção de políticas económicas, robustas e exequíveis, por parte de alguns governos, permitiu que algumas destas economias tivessem melhores desempenhos nos indicadores analisados, pois mostrou que economias mais diversificadas suportam melhor e por mais tempo os impactos negativos gerados pela Covid-19. Não foi o caso da economia angolana, em particular, que revelou maiores fragilidades, aquando do desajuste, negativo, no preço do crude, o que comprometeu de forma acentuada os indicadores analisados. Angola precisa de forma imperiosa de rever a estruturada sua economia, assim como de dar o devido tratamento aos problemas conjunturais de que o país tem sido alvo há décadas — dispersão de investimentos em sectores não determinantes da economia, elevado índice de corrupção, nepotismo e impunidade de certas elites do país.

O mundo, e em particular Angola, deverão aprender a conviver com esta pandemia. Para tal, é necessário que invistam mais em meios de biossegurança, pois é mais sensato conviver com o vírus, mas mantendo a economia funcional, do que o inverso, pois se revelou que, com um shutdown da economia, os efeitos serão ainda piores do que da própria Covid-19, capazes de desestruturar famílias e de destruir valores éticos e culturais de um povo, com outras consequências no plano económico, como: desemprego, ausência de rendimento, degradação da qualidade de vida, recuo do desenvolvimento das comunidades em vários domínios e sectores sociais, sendo o mais preocupante o de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANGONOTÍCIAS (2020). “Corrupção em Angola vem desde o início da independência”. Disponível em: <https://www.angonoticias.com/Artigos/item/66042/%E2%80%99Corrupcao-em-angola-vem-desde-o-inicio-da-independencia%E2%80%9D>. Acesso em 18 de Setembro de 2020.

ANGOP-AGÊNCIA ANGOLA PRESS (2020). Bélgica junta-se ao combate à corrupção em Angola. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2020/1/9/Governo-belga-junta-combate-corrupcao, cc2911fb-16a0-4cd2-889e-298cc8094510.html. Acesso em 17 de Agosto de 2020.

BBC-NEWS, Cientista que descobriu o primeiro coronavírus humano —após ter abandonando escola aos 16 anos (2020). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52303032> Acesso a 17 de Agosto de 2020

De Alcochete, António (2020). Covid-19 (12): genoma e variações genéticas dos coronavírus. Disponível em: <https://www.ciencia.ao/component/k2/itemlist/category/81-Covid-19>. Acesso em 11 de Agosto de 2020.

INE, Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015–2016. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/SR238/SR238.P.pdf>. Acesso em 14 de Agosto de 2020.

ONU-News (2020). OMS: países precisam cooperar na produção de uma vacina para derrotar a Covid-19. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/08/1723532>. Acesso em 20 de Agosto de 2020.

Universidade Nova de Lisboa. Instituto de Higiene e Medicina Tropical (2020). Dossier: origem e dispersão pandémica do coronavírus SARS-COV-2, causador da Covid-19. Disponível em: <https://www.ihmt.unl.pt/origem-e-dispersao-pandemica-do-coronavirus-sars-cov-2-causador-da-Covid-19/>. Acesso em 10 de Agosto de 2020.

Vica, Paulo (2016). Reflexão sobre os efeitos da economia de mercado nas práticas de reciprocidade e de solidariedade do povo axilunda. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12463/1/2016_ECSH_DEP_Disserta%c3%a7%c3%a3o_PAULO%20MIGUEL%20VICA.pdf. Acesso em 8 de Setembro de 2020.

Vica, Paulo (2020). O impacto da Covid-19: uma reflexão sobre as medidas económicas e administrativas do governo como almofada para aliviar a pressão financeira dos agentes económicos. Disponível em: <https://www.cinvestec.com/2020/05/17/o-impacto-da-Covid-19-uma-reflexao/>. Acesso em 15 de Agosto de 2020.

TRADINGECONOMIC - Portal económico electrónico. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/countries> Acesso em 7 Julho a 20 de Agosto de 2020.

Oportunidades e desafios da Demografia angolana face à Covid-19.

Autor: Justino Angolar

Docente universitário¹.

INTRODUÇÃO

No âmbito da crise sanitária que vem assolando o mundo desde finais do ano 2019, referimo-nos em específico ao coronavírus ou Covid-19, que começou na Ásia, China, mais concretamente na cidade de Wuhan e que, ao longo do tempo, foi atingindo outros pontos do planeta Terra, sem que o continente africano ficasse isento, em particular o território angolano.

Depois de ter informado sobre a existência de casos positivos em território nacional, o Governo angolano foi obrigado a decretar estado de emergência, que foi declarado publicamente pelo presidente da República, num período inicial de 15 dias prorrogáveis, dependendo da evolução da doença.

A Covid-19 é uma pandemia que assola o mundo, independentemente da configuração demográfica que um país venha a apresentar. Para que se entendam determinadas epidemias ou pandemias, o seu ritmo de propagação, contágio e letalidade, é importante que se conheçam as características específicas que uma determinada população venha a apresentar. A Demografia é a ciência que tem como objecto o estudo das populações humana, tratando da sua dimensão, estrutura, evolução e características gerais, encaradas essencialmente do ponto de vista quantitativo, (ONU, 1958); as suas principais variáveis de estudo incidem sobre a fecundidade, mortalidade e migrações.

A Demografia é simultaneamente a ciência mais exacta das ciências sociais e o ponto de encontro entre as ciências sociais e humanas, ou seja, é uma «ciência dura» no seio das «ciências moles», oferecendo um sólido ponto de apoio para a observação da sociedade. (Nazareth, 2010).

A dinâmica populacional angolana continua a ser caracterizada por um elevado padrão de fecundidade e de mortalidade, principalmente infantil, embora com maior tendência de declive (Afonso, 2018). Este elevado padrão de fecundidade incide de forma directa no acelerado ritmo de crescimento populacional.

É importante frisar que existe uma relação directa entre a Covid-19 e a Demografia. É nesta linha de pensamento que se centra o objectivo principal deste artigo, que é o de analisar a relação existente entre a Demografia e Covid-19, bem como as oportunidades e desafios que a configuração demográfica angolana oferece face à pandemia.

O presente estudo baseou-se fundamentalmente na revisão de diferentes literaturas existentes que abordam temáticas relacionadas ao tema em análise. Baseou-se também em diversos dados estatísticos sobre a dinâmica demográfica angolana, o que possibilitou a realização de determinados cálculos e a produção de representações gráficas, elementos imprescindíveis na análise demográfica, particularmente no tema em abordagem.

Foram utilizados vários dados estatísticos de diferentes fontes, como os produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola. É o caso dos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH, 2014), da Projecção da População 2014–2050, edição 2016, e do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS, 2015–2016).

RELAÇÃO ENTRE DEMOGRAFIA COVID-19.

Como já frisado, existe uma relação directa entre Demografia e Covid-19, pois, a idade é um elemento fundamental de letalidade da mesma doença. Uma idade menor representa uma menor probabilidade de letalidade, e uma idade maior representa uma maior probabilidade de letalidade. É

¹ Mestrando em Economia, Licenciado em Geodemografia na especialidade de Demografia, analista social, Docente Universitário e colaborador do Centro de Estudo e Investigação em População da Universidade Agostinho Neto (CEIP-UAN)

importante referir que o factor «ser mais jovem» não significa uma menor probabilidade de contágio. A probabilidade de contágio é a mesma para todas as idades, dependendo do comportamento que um indivíduo venha a apresentar.

Os países africanos são maioritariamente subdesenvolvidos, logo, a sua pirâmide demográfica² apresenta características que lhes atribuem o formato de acento circunflexo. Uma pirâmide crescente ou em expansão, com uma base larga ou ampla devido a um número elevado de crianças é reflexo de uma elevada taxa de natalidade, de uma mortalidade elevada e de uma reduzida esperança de vida. O crescimento populacional é muito acelerado e, por esta razão, a população jovem é a de maior predominância. Uma pirâmide etária com características como as que foram descritas é muito desafiadora para a sociedade em si e/ou para o Governo, fundamentalmente em questões relacionadas com a saúde, a educação, o emprego, os transportes públicos, a energia pública, a água apropriada para beber, o saneamento básico e a segurança social, entre outros desafios.

A idade e o sexo ocupam um lugar destacado entre as variáveis que descrevem a situação de uma população e conformam a estrutura mais analisada nos estudos demográficos e geodemográficos devido à sua grande implicação nas mudanças demográficas, económicas e sociais. (Afonso, 2018).

Contrastando com o quadro demográfico que se verifica em países africanos, a maior parte dos países europeus, norte-americanos e de outros continentes, considerados desenvolvidos, apresentam estruturas demográficas que os colocam em situação desvantajosa em relação à Covid-19, quando a análise se centra no factor idade. Estes países têm estruturas etárias que revelam regressão ou estacionaridade populacional, isto é, crescimento populacional estável ou regressiva.

Por um lado, em alguns casos, as pirâmides apresentam uma base um pouco mais estreita ou semelhante ao centro, o que é reflexo de um rápido decréscimo na fecundidade. Há acumulação de efectivos demográficos nas idades intermédia, a mortalidade é baixa e a esperança de vida relativamente elevada, havendo predomínio considerável da população adulta (15 - 64 anos), com tendência para o envelhecimento. É o caso de países como a Argentina, Singapura, entre outros. Por outro lado, a pirâmide (pirâmide regressiva), apresenta base muito estreita, que é reflexo da baixa natalidade, sendo topo largo devido ao grande número de pessoas em idades avançadas. A mortalidade é muito baixa, e a esperança de vida muito elevada. Verifica-se a existência de uma população muito envelhecida, de um crescimento natural muito lento, nulo ou mesmo negativo, em países como Itália, Espanha e Suécia, entre outros.

Estas pirâmides que apresentam estacionaridade ou regressividade são desafiadoras em termos de reposição e garantia das gerações vindouras, como afirma (Woung, 2011). Há países altamente industrializados onde homens e mulheres têm iguais níveis de educação superior e participação no mercado formal de trabalho. Nestas condições, muito provavelmente, a fecundidade encontrar-se-á em níveis bastantes baixos e com poucas possibilidades de aumento, mesmo que se enfrente o risco de diminuição populacional.

CONFIGURAÇÃO DEMOGRÁFICA ANGOLANA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS FACE À COVID-19.

Estudar e conhecer a pirâmide demográfica é de suma importância, pois nos fornece informações imprescindíveis em relação à idade e ao sexo, sendo ambos elementos constitutivos da composição da população, que é o pano de fundo para a compreensão da dinâmica demográfica (Woung, 2011).

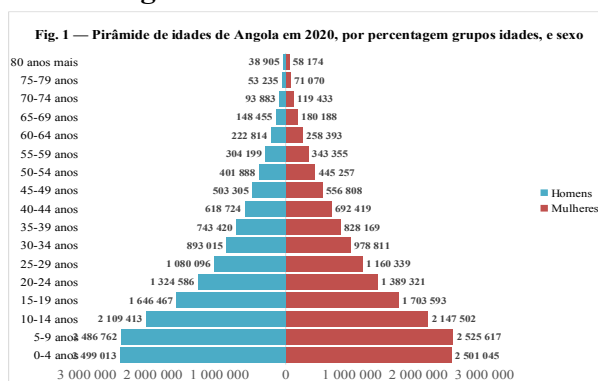
Segundo a autora mencionada, a necessidade de se conhecerem dados acerca de uma população, como a idade e o sexo, é relevante para determinadas questões de planeamento em diferentes áreas, como a saúde, o emprego, a educação, entre outras.

Angola é um país em desenvolvimento, cuja pirâmide demográfica, como já foi descrito, é caracterizada por uma base larga devido a um número elevado de jovens, reflexo de elevadas taxas

2 Pirâmide demográfica — gráfico de barras horizontais que representa a estrutura etária de uma população, sendo os homens representados num dos lados do gráfico, e as mulheres no outro. Cada barra representa uma classe etária, e o comprimento da barra é proporcional ao número total de homens ou mulheres nessa classe etária.

de natalidade e mortalidade e de uma baixa esperança de vida. O crescimento populacional é muito acelerado, existindo um número considerável de pessoas na faixa etária jovem (0 a 15 anos), conforme demonstra a figura abaixo.

Figura n.º 1 Pirâmide etária de Angola em 2020



Fonte: Elaboração do autor, baseado em dados do INE (Projeção da População 2014/50)

Pirâmides demográficas com características como a de Angola apresentam enormes desafios. Não apenas desafios, mas também oportunidades. Apesar de, neste contexto, os desafios serem mais visíveis do que as oportunidades, começar-se-á por descrever as oportunidades.

A letalidade por Covid-19 aumenta em grande escala a partir dos 55 ou 60 anos de idade. Uma vez que a probabilidade de letalidade em relação à Covid-19 é maior na população com idades relativamente avançadas, demograficamente falando, isto coloca a população angolana em condições vantajosas, pelo facto de 94% da população ter idade inferior a 55 anos. Apenas 6% da população tem idades compreendidas entre 55 e mais anos.

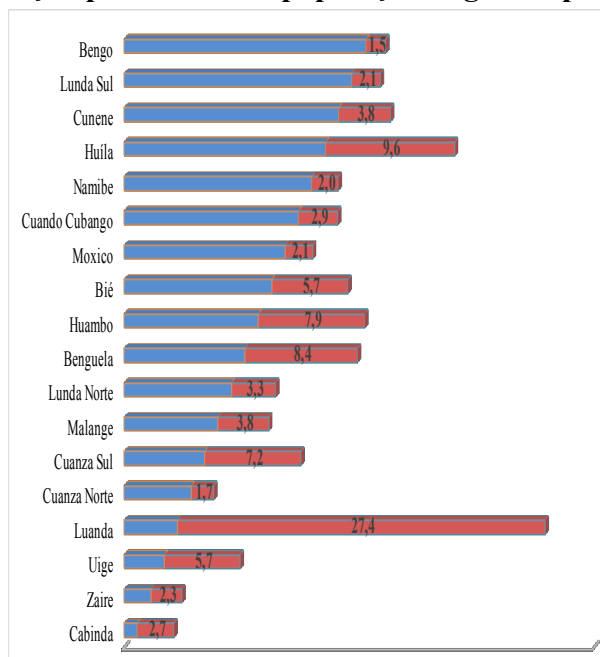
Queremos com esta análise dizer que a percentagem de população com maior probabilidade de letalidade é inferior em relação à percentagem de população com menor probabilidade, ou seja, África ou particularmente Angola, apresenta pouco risco de viver o mesmo drama de mortes que a Europa e outros continentes do mundo viveram ou vivem.

De frisar que as análises e cálculos realizados não tiveram em conta as estatísticas sobre população com problemas crónicos de saúde, o que também constitui um factor fundamental para a letalidade.

Outra oportunidade relevante é a questão de um número considerável de angolanos não dispor de facilidade de acesso a vários países industrializados/desenvolvidos, onde se pode observar o crescimento exponencial de casos positivos pelo vírus da Covid-19, considerados como principais pontos de atracção a nível mundial.

Em Angola, existe uma urbanização consideravelmente baixa, o que origina a existência de grande número de bairros (zonas periféricas), representando um caos e grande desafio para o Governo, caso haja contaminação comunitária, uma vez que as populações residentes nestas áreas não dispõem de todos os serviços e meios necessários de combate à propagação da doença.

A distribuição geodemográfica do território angolano torna-se um desafio face ao contexto em análise, pelo facto de a população angolana estar desequilibradamente distribuída. Vejamos o gráfico abaixo:

Figura n.º 2 — Representação percentual da população angolana por província

Fonte: Elaboração do autor, baseado em dados da projecção da população 2014–2050, dados de 2020.

Em Angola, 73% da população reside em apenas 9 províncias, localizadas no litoral e centro do país. Conforme ilustra o gráfico, 27% da população angolana reside na província de Luanda, o que revela a necessidade de uma redistribuição populacional e descongestionamento da forte pressão populacional que incide sobre a província capital do país, uma vez que a distribuição da população continua a ser marcada por uma nítida litoralização. Há uma elevada concentração da população em Luanda, e a guerra não é a única justificação para isso (Nzatuzola, 2015).

Luanda é a província que apresenta maior número de casos. Na eventualidade de haver maior propagação da doença no território nacional, esta província apresenta maior susceptibilidade de continuar a liderar em termos numéricos. Isto se justifica pelo menos de três formas: Por ser a mais populosa, a mais povoada e a que é alvo de maior imigração. É importante clarificar a diferença que existe entre ser mais populosa e mais povoada, pois ambos são termos distintos que muitos têm confundido.

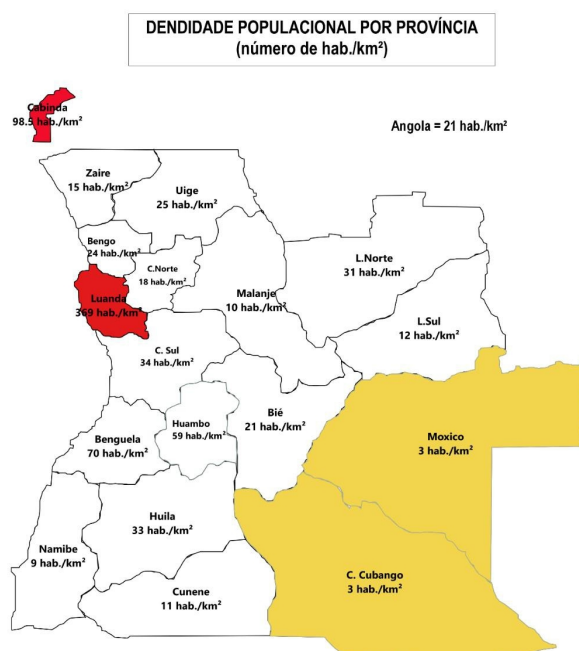
Pelo facto de Luanda ser a província que alberga maior número de habitantes, isto põe-na condição de província mais populosa. Por ser a província de maior densidade populacional³, isto é, com mais de 360 habitantes por quilómetro quadrado, torna-a na província mais povoada. Finalmente, o factor imigração faz de Luanda a província mais atractiva do território nacional em termos de imigração.

A litoralização tem deixado para trás muitas outras províncias do país, particularmente as do leste-interior, que, em termos de investimento e/ou desenvolvimento, estão muito atrás. Isto se justifica quando as tensões são centralizadas no factor atracção e repulsa. As áreas que oferecem melhores serviços, de educação, saúde, habitação, transportes, fornecimento de água potável, banca, entre outras oportunidades, como o acesso ao emprego e a uma remuneração minimamente condigna, proporcionam desenvolvimento e, concomitantemente, atraem investimentos, bem como população, em si. Infelizmente, em Angola estes elementos ainda se encontram distribuídos de forma muito desigual.

O paradoxo em termos de distribuição populacional em Angola reside no facto de Luanda, uma das províncias com menor extensão no território nacional, ser a que alberga maior número de habitantes, 27%, e, consecutivamente, maior densidade populacional, ao passo que as duas maiores províncias de Angola albergam percentagens populacionais reduzidas e também densidades populacionais muito baixas, isto é, inferiores a 5 habitantes por cada quilómetro quadrado, como ilustra a figura abaixo:

3 A densidade populacional reflecte o número médio de habitantes por quilómetro quadrado

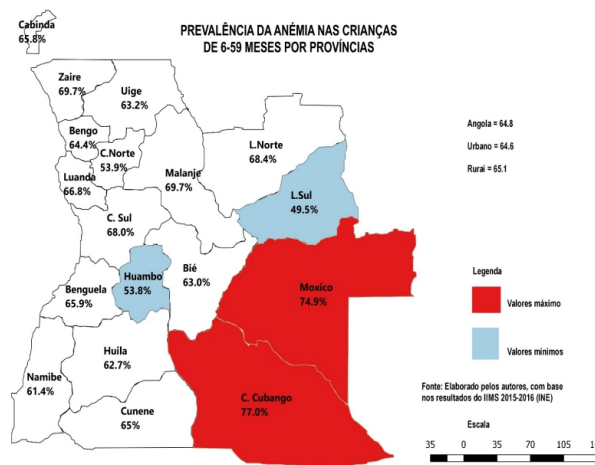
Figura n.º 3 — Densidade populacional por província



Fonte: Elaboração do autor, baseados em dados RGPH-2014

Outro desafio incide na prevalência considerável de anemia em crianças com idades inferiores a 6 anos, isto é, 64,8% das crianças com idades compreendidas entre 6 meses a 5 anos sofrem de anemia. Este é um cenário demográfico desvantajoso no fortalecimento de imunidades. E inibe o aproveitamento do dividendo demográfico⁴, tema que abordaremos num outro artigo.

Figura n.º 4 — Prevalência de anemia nas crianças



Fonte: Elaboração do autor, baseados em dados RGPH-2014

CONCLUSÃO

A configuração demográfica apresentada pela maioria dos países africanos, particularmente a angolana, é caracterizada por uma população predominantemente jovem. Este elemento servirá de oportunidade para fazer frente à Covid-19, sendo que a letalidade está directamente ligada à idade. De frisar que, na eventualidade de propagação da doença, existe muito pouca probabilidade de se viver o drama de óbitos que se vivenciam noutros continentes do mundo. Contudo, estruturas demográficas como estas apresentam enormes desafios para as políticas públicas, a educação, a saúde, entre outras áreas.

4 Aproveitamento económico, resultante da mudança da estrutura etária.

A situação epidemiológica pode constituir um quadro desafiante no combate à Covid-19, sendo que padecer de uma ou outra doença crónica pode não ajudar a enfrentar a mesma.

A distribuição da população pelo território nacional é marcada por um forte desequilíbrio, razão que pode proporcionar a propagação da doença de forma errática, estando as províncias mais populosas e povoadas mais propensas a elevados números de casos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC-UCAN). COVID-19: Impactos económicos e sociais em Angola. Luanda, 2020
- Instituto Nacional Estatística. Recenseamento Geral da População e Habitação, 2014.
- Instituto Nacional de Estatística. Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde, 2015.
- Instituto Nacional de Estatística. Projecção da População 2014- 2050.
- LUIEKÁKIO, Afonso. Contribuição ao estudo sobre o dividendo demográfico em Angola. Luanda, 2018
- MATUDA, Nivea da Silva. Introdução a Demografia, 2009
- Nazareth, Manuel. Demografia a Ciência da População. 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2010.
- NAÇÕES UNIDAS. Dicionário Demográfico Multilingue. Versão Brasileira, 1969
- RA. SOCIEDADE – Entrevista aos 27/07/2015. Entrevista de João Baptista Lukombo Nzatuzola.
- Universidade Eduardo Mondlane; CARVALHO, Ana Pires. Glossário Demográfico. Maputo, 2000
- Woung; Laura. Composição da população segundo distribuição espacial, sexo e idade. Belo Horizonte, 2002.

Contribuição para a crítica do multiplicador keynesiano

Autor: Heitor Carvalho

Director do CINVESTEC

SUMÁRIO

A questão do multiplicador foi transformada num elemento central da teoria keynesiana, embora me pareça perfeitamente acessória no pensamento de Keynes.

Este pequeno artigo debate as incongruências da teoria do multiplicador do ponto de vista keynesiano, isto é, admitindo que a utilização plena dos factores é uma situação absolutamente excepcional, de onde se infere que o produto e o emprego dependem, como regra geral, da despesa.

A TEORIA DO MULTIPLICADOR

A lógica por detrás do multiplicador é a seguinte (Samuelson, Nordhaus, 2010) (Mankiw, 2010): despesa adicional origina uma alteração igual do produto e do rendimento; este rendimento adicional (positivo ou negativo) gera uma despesa adicional (positiva ou negativa), que gera um produto adicional e um rendimento adicional, num processo sem fim. Como a despesa autónoma não se altera, a despesa adicional, em cada ciclo rendimento-despesa, é menor que 1 e sempre menor do que a anterior, tendendo para zero.

Este processo pode ser traduzido pela equação:

$$\Delta Y = \Delta A + c\Delta A + c(c\Delta A) + c(c^2\Delta A) + \dots$$

$$\Delta Y = \Delta A.(c^0 + c^1 + c^2 + \dots),$$

onde ΔY é o incremento total do rendimento, ΔA o incremento inicial da despesa autónoma e c é o parâmetro de influência do rendimento sobre a despesa dependente do rendimento (originalmente, a propensão marginal para o consumo).

Portanto, teremos um multiplicador igual ao valor da progressão geométrica infinita de razão c :

$$c^0 + c^1 + c^2 + \dots \approx 1/(1-c),$$

do que resulta:

$$\Delta Y \approx \Delta A/(1-c)$$

Por exemplo, um parâmetro c igual a 80% determinaria um multiplicador de 5: cada unidade de despesa adicional não dependente do rendimento geraria 5 unidades adicionais de produto.

Apresentemos a questão de outra forma.

Sendo:

$$Y = cY + A \Rightarrow Y(1-c) = A \Rightarrow$$

$$Y = A/(1-c),$$

de onde resulta:

$$dY/dA = 1/(1-c)$$

A relação mais abstracta e mais simples, $Y = cY + A$, pode ser apresentada de forma mais complexa e detalhada, como o exemplo, através da equação funcional de uma dada economia que se segue (Alves da Rocha et al., 2019):

$$C = c' + cY_d; Y_d = Y - T + Tr; T = T' + tY; Tr = Tr'; I = I(i)^1; G = G'; E = E'; M = h' + \beta Y;$$

com:

$$D = C + I + G + E - M; Y = D$$

¹ Alterei $I = I'$ para $I = I(i)$ na equação do texto de Alves da Rocha, por razões que se perceberão no decorrer do texto

De onde:

$$Y = C + I + G + E - M$$

$$Y = (c' - cT' + cTr' + I(i) + G' + E' - h') / (1-c(1-t)+\beta)$$

fazendo

$$a = 1/(1-c(1-t)+\beta),$$

teremos:

$$dY/dc' = dY/dI(i) = dY/dG' + dY/dE' = a$$

$$dY/dh' = -1/(1-c(1-t)+\beta) = -a$$

$$dY/dTr = c/(1-c(1-t)+\beta) = ca$$

$$dY/d(T') = -c/(1-c(1-t)+\beta) = -ca$$

Porém, esta maior complexidade em nada altera os princípios basilares do raciocínio, que são exactamente os mesmos, na equação de maior nível de simplicidade.

CRÍTICA

1) Este raciocínio pressupõe um conjunto infinito de ciclos de rendimento-despesa, o que, evidentemente, não corresponde à realidade: não existe um número infinito de ciclos, excepto na eternidade.

2) Dito de outra forma, mesmo que exista uma série de ciclos rendimento-despesa, o seu número, num dado período, é sempre finito e muito pequeno. Por consequência, mesmo admitindo um multiplicador, a sua fórmula básica não estaria correcta. A acção infinita e instantânea é apenas uma ficção matemática, não tendo qualquer correspondência com a realidade económica.

3) Na verdade, aplicando o mesmo raciocínio a um número finito e reduzido de ciclos, teríamos:

$$\Delta Y = \Delta A + c\Delta A + c(c\Delta A) + \dots + c(c^v-1\Delta A) \neq A/(1-c)$$

onde v representa o número de ciclos rendimento-despesa contidos num dado período.

4) Também não se compreende a estranha propriedade multiplicativa do acréscimo dos gastos autónomos em contraste com a incapacidade reprodutora do restante rendimento: que propriedade mágica poderia ter o incremento dos gastos autónomos sobre o rendimento restante? Se ΔA , origina a série $\Delta A + c\Delta A + c(c\Delta A) + c(c^2\Delta A) + \dots$, então o rendimento antes do incremento, que poderemos designar por Y_0 , deveria, por razões análogas, originar uma série infinita $\Delta Y_0 + c\Delta Y_0 + c(cY_0) + c(c^2Y_0) + \dots$, ou seja, $Y_0/(1-c)$. Portanto, a equação resultaria em $Y = (Y_0 + \Delta A)/(1-c)$ e não em $Y = A/(1-c)$.

5) Embora se entenda, matematicamente, que $A/(1-c)$ resulte de um processo instantâneo e infinito, a sua interpretação económica é inaceitável. Não apenas o número de ciclos rendimento-despesa é finito em cada período económico como também, admitindo a existência de ciclos rendimento-despesa que corresponderiam ao “rodar” de uma determinada economia, em cada novo ciclo existiria não apenas despesa dependente do rendimento ($c.Y$), mas também despesa autónoma A . Portanto, cada novo ciclo determinaria uma produção $Y = cY + A$. Admitindo A e c constantes, como é pressuposto da equação inicial², a economia reproduzir-se-ia de forma simples em cada ciclo. Ou seja, $Y = cY + A$ manter-se-ia constante até que um qualquer choque externo alterasse as condições de produção, o que reproduz os modelos clássicos, sem multiplicador.

6) Matematicamente, isto significa que a razão da progressão não seria igual a $1/(1-c)$, mas a 1 ou muito próxima de 1. Aceitando um número v de ciclos rendimento-despesa em cada período, e uma progressão finita de razão 1, o multiplicador seria muito próximo de v :

$$1^0 + 1^1 + 1^2 + \dots + 1^{v-1} \approx v$$

e, conseqüentemente,

$$Y_p = (Y_0 + \Delta A)(1^0 + 1^1 + 1^2 + \dots + 1^{v-1}) \approx vY_1$$

² Este pressuposto foi posteriormente abandonado para se admitir a variação de A , com o único objectivo de justificar o seu poder multiplicador.

onde Y_p é a produção do período, Y_0 a produção sem o incremento dos gastos autónomos, ΔA representa o incremento dos gastos autónomos e $Y_1 = Y_0 + \Delta A$. Este modelo pressupõe que, durante o período de cálculo, não existam novas alterações na despesa autónoma, uma vez que estamos a isolar o efeito multiplicador de um dado incremento inicial da produção, no ciclo base, mas excluindo todos os posteriores.

7) Portanto, aceitando embora que se trate de uma construção artificial onde se possam definir com suficiente precisão ciclos de despesa-rendimento que, na realidade, são impossíveis de determinar e aceitando também a abstracção que consiste em considerar um incremento inicial, vindo não se sabe de onde, sem qualquer outro incremento ao longo do período, com o objectivo de isolar e estudar o efeito de um qualquer incremento, positivo ou negativo, o máximo a que poderíamos aspirar seria a vY_1 , ou seja, o produto final dependeria do produto após o incremento (Y_1) e do número de ciclos de despesa-rendimento v .

8) Duvido muito da utilidade deste exercício porque os incrementos acontecem constantemente, têm, muitas vezes, natureza contraditória, e é muito duvidoso que seja possível determinar as fronteiras de um ciclo rendimento-despesa. Tudo isto só para se chegar à conclusão de que, se nada mudasse, o que é um pressuposto absurdo, o rendimento de um trimestre seria aproximadamente igual a 3 vezes o rendimento mensal ou qualquer outra construção artificial do género. Do meu ponto de vista, o objectivo dos economistas é o de perceber o funcionamento das mudanças e não o de elaborar em raciocínios circulares à volta de uma imobilidade fantasiosa.

9) A apresentação sob a forma, $Y = A/(1-c)$, também não ajuda a resolver o problema. Não existindo qualquer relação de dependência entre A e Y , a curva é desenhada para um dado A , não sendo válida para qualquer outro; A , tal como c , são grandezas constantes na equação $Y = A/(1-c)$, de onde resulta que dY/dA não seja uma expressão matematicamente válida. As formas mais complexas, do tipo $1/(1-c(1-t)+\beta)$, em nada alteram o problema em discussão.

10) Contudo, $dY/dI(i)$ é matematicamente válida, pelo que poderia existir um multiplicador do Investimento dependente da taxa de juros. Expressando a equação sob a forma $Y = A/a + f(i)/a$ e fazendo $m = f/a$, onde f representaria o parâmetro de influência negativa de i sobre o investimento, e $b = A/a$, teríamos uma recta do tipo $y = mx + b$, onde m seria o declive e b o ponto em que a recta corta o eixo vertical. Poderá, portanto, argumentar-se, matematicamente, que as rectas correspondentes a diferentes valores de A seriam paralelas, situando-se à distância $\Delta A/a$, onde $1/a$ representaria o multiplicador de A ; da forma semelhante o valor dy/dx seria igual a m . Portanto, de um ponto de vista puramente matemático, poderíamos encontrar grandezas que poderiam ser interpretadas como multiplicadores.

11) Porém, do ponto de vista económico, esta conclusão não é válida, porque um incremento de A ou i não altera Y . Na verdade, o que acontece é que uma alteração instantânea da composição da despesa modifica a variação de existências, mas não o rendimento. Por exemplo, um declínio no consumo autónomo³ fará aumentar as existências e, conseqüentemente, o investimento autónomo, na mesma exacta medida, mantendo-se o produto absolutamente invariável. As decisões que resultarem desta variação da distribuição da despesa determinarão, no futuro, a sua eventual alteração; ora, o futuro, não está representado na equação em causa. A variação de existências poderá ser interpretada como um sinal para os empresários reduzirem a produção e, eventualmente, o emprego ou apenas como um desvio fortuito, sem qualquer efeito de relevo⁴. Poderíamos elaborar muitas outras considerações sobre esta simples redução, o que adicionaria complexidade ao problema; contudo, estas são suficientes para se perceber que não existe uma relação determinista e mecânica, resultante da alteração da distribuição inicial da despesa. Alterações na despesa desencadeiam alterações nas expectativas e nas decisões mas não de forma instantânea ou sob a forma de um multiplicador.

3 Para já, assumimos a definição deste conceito estabelecida pelos keynesianos modernos.

4 Na verdade, existem, hoje, instrumentos de previsão suficientemente sofisticados para antecipar as variações da despesa, conduzindo a decisões de alteração dos stocks de existências antes de qualquer alteração efectiva da procura.

12) Na verdade, a equação $Y = A/(1-c)$ ou $Y = A/a + I(i)/a$ representa um dado período. Nela, não existe qualquer grandeza variável: Y é tão constante como todas as componentes da despesa porque se trata do rendimento efectivo de um dado período e da despesa efectiva num dado período: só esta condição garante a validade da equação. No período seguinte, todas as grandezas se alterarão sem uma relação fixa entre elas ou com o rendimento total, embora possa esperar-se alguma estabilidade. Contudo, nada garante que alterações substanciais não possam ocorrer, sendo certo que uma alteração significativa de uma implica alterações importantes das demais, como decorre do que acabou de se afirmar. Porém, a grandeza e direcção destas alterações não se encontra patente nesta equação. Portanto, a equação é válida para descrever um instantâneo da realidade económica, de nada servindo para todos os demais: ela representa o balanço do final de um período, a súmula do que já aconteceu, nada nos dizendo sobre o que sucederá nos períodos seguintes, onde alguma alteração das constantes expressas na equação possa ocorrer; mais ainda, ela não explica as alterações e a mútua influência de cada uma das grandezas, apenas revela o seu valor num dado momento.

13) Além disso, o modelo não explica a origem de ΔA . Na verdade, um incremento positivo implica a geração espontânea e inexplicável dos fundos necessários à concretização da despesa adicional, ΔA ; um incremento negativo implica a dissipação, no nada, dos fundos resultantes do rendimento anterior. Não duvido que existam processos de criação e dissipação de fundos; só que estes estão completamente ausentes deste modelo.

Nos modelos clássicos, há uma ténue percepção de uma parte ínfima do processo através do conceito de dotação inicial de riqueza. Porém, a ideia de utilização plena dos recursos reserva à dotação inicial (e, conseqüente, à dotação final) um papel absolutamente insignificante; nos modelos keynesianos actuais, a sua função é relegada para um obscuro papel no conjunto da procura monetária: aumentando a procura para entesouramento (é disto que se trata) e transacções, ambos tratados como se de uma variável única se tratasse, resta menos moeda (supondo que a oferta se mantém) para satisfazer a procura especulativa, pelo que a taxa de juro se eleva, reduzindo, mediatamente, através deste mecanismo, a procura de bens de investimento⁵. Na verdade, o seu papel, na economia, é directo, com possíveis reduções futuras da despesa e da produção, o que determina uma alteração muito mais directa e significativa do que a apresentada pelo modelo IS-LM.

Outro processo que conduz ao aumento da despesa sem uma relação directa com o rendimento é o crédito. Evidentemente que existe uma relação indirecta com o rendimento, mas, por definição, o crédito destina-se a aumentar o consumo ou o investimento para além do rendimento. Este processo é tratado, nos modelos clássicos e keynesianos, como se de um processo meramente monetário se tratasse, sem qualquer efeito directo sobre a despesa real, num caso (porque, estando todos os mercados equilibrados, o aumento da quantidade de moeda apenas originaria um aumento dos salários nominais e dos preços, sem qualquer alteração no emprego e no produto), e de um efeito mediato, através da variação da taxa de juro, no outro. O deficit orçamental e as relações externas são outros factores de variação da despesa, não dependentes do rendimento, com influência sobre o produto e o emprego.

Embora não estejamos a tratar destes temas, o que só acontecerá num artigo posterior, torna-se claro que o aumento da despesa resulta de factores económicos simples e perfeitamente lógicos, cuja influência futura pode ter um efeito auto-alimentador ou de retracção, mas sem conseqüências do tipo multiplicador. Mais ainda, esses efeitos têm importância apenas no futuro e não no presente, onde a distribuição do produto é, apenas, um dado.

CONCLUSÃO

Uma alteração da despesa começa por originar uma variação das existências, fazendo pressão sobre os preços, mas enviando, simultaneamente, importantes sinais de quantidade que são,

5 Esquecem quase sempre que a redução da procura de bens de investimento diminui a procura de moeda para transacções, o que, por um mecanismo semelhante ao descrito, poderá conduzir a uma redução da taxa de juro.

eventualmente, interpretados pelas empresas como indicações para alterar a produção (e, por vezes, o emprego e até o investimento). Estas decisões empresariais actuam directamente sobre os rendimentos futuros e, indirectamente, sobre a confiança, potenciando ou reduzindo os efeitos dos factores iniciais de uma forma que depende de inúmeras circunstâncias, nem todas de natureza económica. Este efeito, mesmo que possa potenciar o impulso inicial, actua de forma muito diferente do efeito mecânico e preciso que é descrito pelo multiplicador keynesiano.

Certamente que Keynes não defendeu, em qualquer momento, este determinismo. Em toda a sua obra se fala de múltiplas influências que potenciam ou retraem os efeitos iniciais e da dificuldade de as considerarmos, convenientemente, em modelos matemáticos. O multiplicador parece querer realçar, em Keynes, a importância dos efeitos de auto-alimentação, que são bem patentes nas várias fases do ciclo económico. A apresentação de inúmeros factores e influências, nas últimas páginas da *Teoria Geral* (1936)⁶, demonstram a importância que atribuía ao estudo das influências múltiplas e contraditórias e a sua rejeição dos esquemas mecânicos e deterministas que encontram a sua expressão nos modelos keynesianos posteriores.

Na minha opinião, nada exige que seja possível traduzir a realidade para um modelo matemático. É desejável que sim, mas um modelo que reproduza, de forma inadequada, as condições da economia, sem determinar, de forma clara e conveniente, as suas limitações, é mais prejudicial do que não ter matemática alguma. Neste sentido, os modelos keynesianos, tal como os modelos clássicos actuais (Heitor, 2017), devem ser postos em causa, mesmo na ausência de qualquer novo modelo que os substitua.

O método de Keynes na *Teoria Geral*, confrontando constantemente a modelação matemática com a lógica económica, constitui, a meu ver, um excelente ponto de partida.

6 Pelo menos desde a pág. 191.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Paul Samuelson e William Nordhaus, *Macroeconomics*, 19.ª ed., McGraw-Hill.

N. Gregory Mankiw, *Macroeconomics*, 7.ª ed., Harvard University, Worth Publishers.

Alves da Rocha, Vera Daves e Albertina Delgado, *Finanças Públicas*, 4.ª ed., Texto Editores.

John M. Keynes, *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Relógio D'Água.

Heitor Carvalho, «Crítica da Teoria Clássica do Equilíbrio», *Revista Lucere* de 2017, CEIC da UCAN.

(Des)industrialização, petróleo e a “doença holandesa” em Angola

Autor: Noé Mateus

Mestrado em Economia e em Gestão do Desenvolvimento, Docente Universitário FECUAN

“É o excremento do diabo. Estamos afogados no excremento do diabo”

Juan Pablo Pérez Alfonso, ex-Ministro dos Petróleos da Venezuela

“Gostaria que o seu pessoal tivesse encontrado água.”

Rei Idris da Líbia, ao ser informado de que um consórcio norte americano encontrara petróleo no seu país.

RESUMO

A doença holandesa, conceituada como a exportação bruta de bens primários, sobretudo do petróleo e gás, tem como consequência a desindustrialização e impede o rápido e consistente desenvolvimento de outros sectores da economia angolana, transformando a diversificação da economia num simples slogan político. Os países em vias de desenvolvimento, exportadores de recursos naturais, confrontam-se com uma sistemática degradação dos termos de troca dos seus produtos no mercado internacional. Este artigo faz uma resenha do processo histórico de industrialização de Angola e pretende despertar para os riscos da desindustrialização e da manutenção de uma economia monolítica.

INTRODUÇÃO

A economia angolana, de acordo com dados do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, é bastante dependente do petróleo, recurso que representa mais de 90% do total das exportações do país, revelando assim vulnerabilidades, fraca diversificação da economia e a não aposta noutros sectores, em particular na indústria transformadora.

Assim sendo, a mesma funciona necessariamente, de acordo com um quadro em que exporta os seus recursos naturais não renováveis sem valor acrescentado e importa a quase totalidade dos seus bens de consumo.

Angola sofre do que os economistas designam de doença holandesa, ou seja, uma dependência extrema de uma matéria prima, no caso o petróleo, ficando exposta à volatilidade dos preços deste produto no mercado internacional.

A doença holandesa é uma falha de mercado, que gera externalidades negativas nos outros sectores da economia produtores de bens e serviços, impedindo-os de se desenvolverem. É um fenómeno estrutural, que cria obstáculos à industrialização ou, se o país já se industrializou, a sua não neutralização provoca uma desindustrialização gradual e acentuada. Em economia, doença holandesa (do inglês *dutch disease*) refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do sector produtivo nacional.

ANTECEDENTES DO PROCESSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE ANGOLA

Historicamente, para responder aos imperativos da integração progressiva de Portugal na comunidade económica europeia, e face à pressão dos emergentes movimentos nacionalistas, o pacto colonial, tradicionalmente aplicado em Angola, foi conhecendo uma relativa viragem a partir de 1961, com o ensaio de uma política assente na criação e deslocalização da indústria transformadora no espaço económico português, apoiando-se nas vantagens comparativas locais.

Entre 1966 e 1970, o peso do sector primário no PIB angolano baixou respectivamente de 32% para 23%, enquanto aumentava o peso dos sectores secundário e terciário no PIB, respectivamente, de 14% (1966) para 21% (1970) e de 56% para 54%:

Participação da Indústria no PIB(*) (mil Contos)

Anos	PIB (1)	Prod. Industrial (2)	2:1 %
1960	11607	2453	21
1963	14820	3858	26
1965	19200	4841	25
1968	28299	7964	28
1970	40076	13915	35
1971	42078	15670	37
1972	45865	18851	41
1973	58707	24317	41

(*) Excepto construção civil

Fonte: Anuário Estatístico, 1973.

Na produção industrial o sector que mais cresceu foi o da indústria transformadora, com uma taxa média de 22%, seguindo-se os sectores extractivo e de derivados de pesca, com taxas médias anuais de 20%. No sector transformador, as actividades mais dinâmicas foram as de alimentação, têxtil, bebidas, tabaco, pasta de papel, papel e derivados, produtos minerais não metálicos e química.

O processo de industrialização de Angola fez emergir uma indústria nascente na década de 1960, enquadrada por um dinâmico sector de exportação de produtos agrícolas (café, sisal, algodão), derivados de pesca e minério de ferro.

Resumindo, a combinação da exportação de produtos primários, o acentuado aumento da população urbana, sobretudo de proveniência europeia, que detinha um elevado poder de compra, e a continua adopção de novas medidas de política económica pelo governo de Angola, a partir de 1961, permitiu a emergência de um enclave industrial numa economia baseada no café. A evolução da economia colonial de Angola, caracterizou-se sempre por um elevado nível de inserção na economia mundial, ao ponto de os vários estádios por que passou terem sido fundamentalmente determinados pelas cotações internacionais dos produtos que dominavam aquele estádio, conferindo-lhe alguma inserção global.¹

Entre as medidas que incentivaram o crescimento da indústria transformadora, contam-se uma nova Lei do Condicionamento Industrial, um novo Código de Investimento Estrangeiro, um conjunto de incentivos fiscais ao lançamento de novas indústrias e, logo a partir de 1961, todo um conjunto de medidas descentralizadoras e simplificadoras do licenciamento tomadas pelas autoridades de Angola: Diploma Legislativo n.º 3156, de 20.09.1961, que regulamentou o licenciamento para a instalação e laboração de indústrias; Diploma Legislativo n.º 3231, de 24.3.1962, que regulamentou as indústrias caseiras, complementares da agricultura e delegou aos governadores de distrito a competência para licenciarem indústrias de interesse regional; os diplomas que criaram repartições de economia nos vários distritos, o que possibilitou a tomada de decisões muito mais rápidas e a nível local.

A DOENÇA HOLANDESA E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A doença holandesa é um problema antigo, essencial para a compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento dos países, na óptica do aproveitamento económico dos recursos naturais. Em

¹ Os vários estádios de desenvolvimento por que passou a economia colonial de Angola, podem designar-se, tendo em conta as principais exportações e respectiva direcção: escravos para o Brasil, café para Portugal e petróleo para os EUA. Em cada período a economia foi dominada por um certo produto, mercado, ou por ambos.

economia, a expressão refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio, a desestruturação e retrocesso do sector manufactureiro interno.

A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para os países que os possuem, levando-os a se especializarem na extracção desses bens e a não se industrializarem ou mesmo a se desindustrializarem - no caso de terem alcançado algum progresso tecnológico - o que, a longo prazo, inibe o processo de desenvolvimento económico e social.

“Na grande época da criação do sistema de divisão internacional do trabalho, certos países (os que se industrializavam) desenvolviam-se, especializando-se em sectores em que o desenvolvimento tecnológico penetrava com rapidez, e outros especializavam-se em actividades, em que a abundância de recursos naturais lhes conferia vantagens. Para explicar um e outro caso, do pv estático, tinha validade a lei das vantagens comparativas”.²

A doença holandesa é uma falha de mercado, que gera externalidades negativas nos outros sectores de bens e serviços comercializáveis da economia, impedindo-os de se desenvolverem, não obstante usarem a melhor tecnologia e boas práticas administrativas e de gestão.

A expressão foi inspirada em acontecimentos dos anos 1960, nos Países Baixos, onde a descoberta e exportação de gás natural teve como consequência um aumento substancial das exportações do país e a sobrevalorização do florim, moeda da época.

Na década de 1980, foram surgindo os primeiros estudos académicos sobre o tema e o primeiro modelo de doença holandesa foi estudado pelos economistas W. Max Corden e J. Peter Neary em 1982. No seu modelo, eles imaginaram uma economia com três sectores.: um sector muito competitivo internacionalmente (o de recursos naturais) “booming” [florescente], a exemplo do petrolífero e de outros minerais; um sector pouco competitivo em termos internacionais (o manufactureiro) “lagging”[atrasado]); e um sector não exposto directamente à concorrência internacional (como o de serviços e a construção civil, por exemplo).

A doença holandesa, é um fenómeno estrutural que, à partida, cria obstáculos à industrialização e à diversificação económica de um país ou, se a doença tiver sido neutralizada e o país se industrializou, provoca a desindustrialização.

É uma falha de mercado que implica a existência de uma diferença entre a taxa de câmbio que equilibra intertemporalmente a conta corrente do país e a taxa de câmbio que permite a existência de sectores económicos eficientes de bens e serviços comercializáveis, além dos beneficiados por rendas ricardianas, tais como as commodities.

Somente quando a doença holandesa for neutralizada o mercado estará apto a tornar a taxa de câmbio de mercado próxima do segundo equilíbrio e, assim, alocar eficazmente os recursos, encorajar o investimento e a inovação na indústria.

Um aumento da rentabilidade do sector mais competitivo decorrente do aumento da venda ou da descoberta de novas fontes de recursos naturais pode afectar a economia por via da migração da mão de obra qualificada para esse sector. Um aumento da receita do petróleo, no que respeita à inserção social e profissional por género, afecta negativamente as mulheres, sob o ponto de vista do emprego, na medida em que, enquanto as fábricas, a educação e a saúde atraem as mulheres para fora de casa e para a força de trabalho activa, a riqueza do petróleo as incentiva a permanecerem em casa, bloqueando um caminho essencial para o seu empoderamento.

Por outro lado, o “efeito renda adicional” gerada pelo recurso abundante em benefício dos vários agentes económicos, inclusive do Estado, com o consequente aumento da procura de bens produzidos pelo sector não exportador, provoca uma alta geral dos preços no país, em prejuízo do sector exportador menos competitivo, que deverá pagar salários e insumos mais caros e, portanto, será obrigado a aumentar os preços de venda, perdendo o país competitividade internacional. Desta forma, o sector exportador menos competitivo tenderá a encolher provocando a desindustrialização indirecta.³

2 Celso Furtado: Teoria e Política do Desenvolvimento Económico 2ª edição, 1976, pag 329.

3 W Max Corden e J. Peter (1982)

Enquanto no modelo de Ricardo, as rendas ricardianas beneficiavam somente os proprietários das terras mais produtivas, no caso da doença holandesa, se elas não forem neutralizadas, no curto prazo aparentemente beneficiarão todos os consumidores do país, porque eles compram mais bens e serviços.

Mas, essa aparente solução económica, prejudica o país no médio e no longo prazos, porque inviabilizam a industrialização ou, mais amplamente, a transferência de mão-de-obra qualificada e know how para sectores com maior valor acrescentado per capita, transferência essa que, na economia real, perfila entre as principais origens do aumento da produtividade e, por consequência, do crescimento e do desenvolvimento económico e social.

Havendo doença holandesa e não sendo ela neutralizada, as empresas “potenciais” - que poderiam ser constituídas com utilização de tecnologia no estado da arte mundial - terão expectativas de lucro negativas e serão, portanto, economicamente inviáveis.

Foram identificadas⁴ três situações paradigmáticas de incidência da doença holandesa:

- i) a descoberta de recursos naturais, que incorporam rendas ricardianas em um país pobre, inviabiliza a industrialização e a diversificação da sua economia;
- ii) a mesma descoberta em um país rico, leva à desindustrialização, enquanto não for devidamente neutralizada, como foi o caso da Holanda e, finalmente;
- iii) a liberalização radical das contas externas comerciais e financeiras do país, implica o abandono das políticas que neutralizam a doença holandesa e levam igualmente à desindustrialização prematura, ao aumento da dependência e à elevação da vulnerabilidade da economia do país face aos choques externos.

Segundo alguns autores, o primeiro caso foi o da Arábia Saudita, da Venezuela e de muitos outros países, entre os quais, o de Angola.

O segundo, foi o da Holanda e do Reino Unido; o terceiro foi o caso do Brasil, da Argentina e do México.

PRINCIPAIS SINTOMAS DA DOENÇA HOLANDESA

Os sintomas mais importantes da doença holandesa são a sobre-apreciação da taxa de câmbio, o baixo crescimento do sector manufactureiro que transforma a matéria prima, o baixo crescimento da agricultura e do agronegócio, que garantem a autoconsciência alimentar, o rápido aumento do sector de serviços, os altos salários médios em alguns sectores economicamente pouco competitivos, o aumento da informalização da economia, o subemprego e o desemprego endémico.

Opondo-se ao pensamento fisiocrático das vantagens comparativas sobre a especialização monolítica e exclusiva dos países na exploração dos seus recursos naturais, a tese de Raúl Prebisch⁵ demonstrou que os países em desenvolvimento deviam se industrializar, porque os países ricos conservam para si os ganhos da produtividade, ao invés de transformá-los em baixa de preços que beneficiaria a todos os importadores dos bens industriais por si produzidos.

Segundo o mesmo, se no século XIX a Alemanha acreditasse no argumento dos economistas ricardianos de que, as suas vantagens comparativas estavam na agricultura, não teria criado, ainda naquele século, uma indústria mais desenvolvida do que a britânica.

A teoria económica nos diz que o desenvolvimento económico começa pela revolução agro-industrial e se caracteriza pela industrialização. Assim, a doença holandesa é um obstáculo a esse desenvolvimento, porque impede o crescimento da agricultura e a industrialização ou, mais precisamente, porque impede a diversificação da economia e a transferência de mão-de-obra com valor acrescentado per capita mais elevado para outros sectores.

4 Apud, Bresser-Pereira, 2008

5 Raul Prebisch, economista argentino, nascido a 17 de Abril de 1901, foi o mais destacado intelectual da CEPAL, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento económico com a obra “O Pensamento Latino Americano” e outras que publicou.

No sentido amplo, há industrialização sempre que houver a transferência de mão-de-obra qualificada, mais treinada e mais educada, para sectores com valor acrescentado per capita mais elevado. À medida que os países se desenvolvem, vão deixando os sectores com menor valor acrescentado per capita para países menos desenvolvidos.

De acordo com Armando Janeira, não são pois as riquezas naturais que possui que fazem a prosperidade de um país; é o trabalho “abnegado” e a aplicação da inteligência.”⁶

Tendo ou não petróleo, altos níveis de investimento são essenciais para o desenvolvimento a longo prazo do país. De acordo com um relatório elaborado em 2008 pela Comissão de Crescimento e Desenvolvimento da ONU, “nenhum país tem crescimento rápido e sustentado sem também manter impressionantes taxas de investimento publico em infraestruturas, educação e saúde.” Se os países produtores de petróleo e de diamantes querem que as futuras gerações se beneficiem da extracção dos recursos de hoje, devem investir ainda mais que os outros países.

Uma das primeiras prioridades deve ser em investimentos na remoção dos obstáculos ao desenvolvimento, de modo a que os investimentos subsequentes sejam mais eficazes: referimo-nos à educação, à saúde, à construção de infraestruturas e aos equipamentos públicos, entre os quais, estradas, energia e água e telecomunicações.

Coller,(2010), designa-o de “estratégia de investir em investir”, com foco em projectos que ajudem a reduzir o custo e aumentem a eficácia dos investimentos futuros.

SITUAÇÃO ACTUAL DA INDUSTRIA TRANSFORMADORA EM ANGOLA E PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS

Apesar dos esforços empreendidos para restabelecer os padrões económicos outrora alcançados, não foi possível relançar as estruturas produtivas e, com excepção da extracção do petróleo, que contou com forte participação do capital estrangeiro, o declínio vem sendo constante.

Pelos dados disponíveis,⁷ considerando 1970, como ano base (índice 100), alcançou-se, em 1974, um grau de industrialização de 148% e, em 1993, de 7,5%, o que significa que a indústria transformadora em Angola regrediu significativamente.

O nível de produtividade e de competitividade da industria é muito baixo, mesmo quando comparado com outros países africanos. Se considerarmos 1985 como ano base de produtividade (índice 100), alcançou-se, em 1993, um índice de 20%, o que representa uma quebra de 80% em 8 anos. Esta baixa de produtividade é, entre outros, imputada a factores como:

- Excessiva mão-de-obra subempregada;
- Obsolescência tecnológica e avançada idade do parque industrial;
- Escassez e irregularidade do abastecimento de matérias primas e subsidiárias;
- Deficientes infraestruturas básicas, nomeadamente, vias de comunicação, de fornecimento de energia eléctrica e água, falta de logística integrada e de tratamento do lixo industrial;
- Falta de gestores e pessoal directivo com níveis de formação adequados;
- Insuficiente formação profissional dos operários;
- Fraca segurança jurídica dos negócios e alta taxa de absentismo;
- Deficientes sistemas de gestão e organização,
- Falta de titularidade dos activos produtivos.

VECTORES ESSENCIAIS PARA A NEUTRALIZAÇÃO DA DOENÇA HOLANDESA E PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS

São geralmente consideradas algumas condições fundamentais, para que a indústria de Angola saia da decadência e da situação letárgica em que se encontra mergulhada, como sendo:

6 Janeira Armando,1985,191

7 Cadernos Económicos Portugal-Angola nº8 – CCIPA, pag16.

- a vontade política de mudar a actual situação;
- os quadros adequados;
- as políticas económicas mais acertadas e;
- os meios necessários.

O Plano Director de Reindustrialização de Angola⁸ considerou que os objectivos estratégicos da política industrial de Angola devem ser, a breve trecho, proceder ao relançamento acelerado do desenvolvimento do sector industrial e a sua conversão, a médio e longo prazo, no principal motor da economia angolana.

Os vectores que devem conduzir a política industrial angolana no longo prazo são:

- A transição para uma economia de mercado, baseada no sector privado, nomeadamente no fomento das micro, pequenas e médias empresas, cabendo ao Estado uma função reguladora e de apoio;
- A utilização racional dos recursos petrolíferos e minerais para investir no desenvolvimento a longo prazo e na formação bruta de capital fixo;
- O desenvolvimento de uma economia eficiente, não tendo como base o petróleo, mas sim e especialmente a agricultura e a indústria;
- A equidade social e a sustentabilidade do ambiente, como elementos explícitos e integrais da estratégia de desenvolvimento a longo prazo.

As acções de base a desenvolver, tenderdes à concretização dos objectivos traçados e que sustentariam a futura política de recuperação da indústria, passam pelo aumento da participação do sector privado, a promoção da exportação de produtos acabados, a modernização do aparelho produtivo (com melhorias técnicas e maior capacitação dos recursos humanos), a concentração do desenvolvimento nos pólos adequados (observando o necessário equilíbrio entre as diferentes regiões), a captação do IDE, bem como o incremento dos insumos industriais de origem nacional (catalisando o desenvolvimento de outros sectores económicos e valorizando as potencialidades existentes), assim como a diminuição do sector público na economia, reservando ao Estado o papel regulador que lhe compete.

Face às condicionantes negativas que influenciam em grande medida um rápido relançamento da indústria angolana (que vimos enumerando ao longo deste trabalho), a estratégia de relançamento da economia baseia-se no desenvolvimento da agricultura, pecuária e pescas, e a sua integração na indústria, suportada, preponderantemente, em pequenas e médias empresas (PME) industriais.

As suas características de menor complexidade e exigência de capital, maior flexibilidade e adaptabilidade às condições do mercado e a sua contribuição para a formação de uma classe empresarial, bem como a capacidade de assegurar a união entre a tecnologia importada e a local, sugerem que o principal suporte do desenvolvimento sejam empresas privadas de micro, pequena e média dimensão. Por outro lado, deverão ser preferencialmente promovidas as indústrias de produtos de amplo consumo, intensivas em mão-de-obra, de tecnologias assimiláveis, numa primeira fase não intensivas em capitais, orientadas para a exportação e baseadas em recursos naturais locais, predominantemente não minerais.

8 Plano que pretende ser um documento de reflexão e debate sobre a dramática desindustrialização de Angola e sobretudo um guia para o futuro industrial do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**Livros e Artigos**

- ALBUQUERQUE, L. P. - Considerações sobre o Problema das Transferências em Angola, in *Actividade Económica de Angola* n.º 92/93, Luanda, 1971.
- ALMEIDA, POLÍBIO F.A. VALENTE - Ensaio de Geopolítica, ISCSP-IICT, Lisboa 1994.
- BENDER, G. M. - Angola sob o Domínio Português - Mito e Realidade, Terceiro Mundo, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1980.
- BHADAVAN, M. R. - Angola's Political Economy 1975-1985, Research Report n.º 75, The Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, 1986.
- CAETANO, MARCELO - Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos - Ed. Ática, 1971.
- COSTA OLIVEIRA, J. E. - Servindo o Futuro de Angola, Luanda, 1971.
- COSTA OLIVEIRA, J. E. e MARTINEZ, J. T. - Estudos de Economia, vol. n.º 47 de "Estudos de Ciências Sociais e Políticas", Ed. de Junta de Investigação do Ultramar - Centro de Estudos Políticos e Sociais
- COSTA, R. - O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal, Assírio e Alvim, Cad. Peninsulares, Nova Série/Ensaio 10, Lisboa, Maio de 1976.
- COURLET, C; FRANCAIS, A e JUDET, P. - La Semi-industrialization, Cahiers IREP - Developpement 1, Grenoble, 1981.
- DIOGO, A. - Rumo à Industrialização de Angola, Ed. da Junta de Desenvolvimento Industrial, Luanda, 1963.
- FURTADO, CELSO: Teoria e Política do Desenvolvimento Económico, 2ª edição, 1976, pág 329.
- Ferreira, manuel ennes – Angola – Portugal, do espaço económico português às relações pós-coloniais; ed. Escher, 1990
- GUERRA, H. - Angola - Estrutura Económica e Classes Sociais. Ed. Livrangol, Luanda, 1973.
- GONÇALVES, J. - Le Developpement du Capitalisme Colonial en Angola, IADEP, DAKAR, 1973.
- GUERRA, FERNANDO MEIRELES – Descolonização - O Império Colonial em África e Aquilo que os Portugueses Programaram, Projectaram, Construíram, e lá Deixaram, Depois do 25 de Abril de 1974 - Universitária Ed. Lisboa, 1996.
- HISTÓRIA DE ANGOLA - Ed. Afrontamento, 1965.
- MACEDO, J. B. - Interdependência Económica, Sistema Monetário Internacional e Integração Portuguesa, n.º 12 de "Estudos" - Ed. do Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1977.
- MACEDO, J. B. - Colonial Development of Angola: The Rise and Fall of a South Atlantic Link?, mimeo, Yali University, March, 1978.
- MARTINS, R. - Balança de Pagamentos e Situação Cambial de Angola, in *Actividade Económica de Angola*, n.º 59/60, Luanda 1961.
- NETO, ANA MARIA - Industrialização de Angola. Reflexão sobre a experiência da Administração Portuguesa Ed. Escher. 1991.
- ROQUE, FÁTIMA - Economia de Angola, Bertrand Ed. 1991.
- ROQUE, FÁTIMA - Construir o Futuro em Angola: Uma Estratégia de Desenvolvimento Económico a Longo Prazo, Ed. Celta, Julho 1997
- TORRES, A. - A Balança de Pagamentos e Integração de Angola nos Finais do Período Colonial, in *Estudos de Economia*, vol. III n.º 3, Abril-Junho, 1983.

TORRES, A. - Três Estudos: Da Estratégia Colonial à Integração Europeia, Col. Documentos de Trabalho, n.º 2, CESA, ISE, 1985

TAMAMES, RAMON - Estrutura da Economia Internacional - Biblioteca de Economia - Publicações D. Quixote, Lisboa 1993.

XAVIER, A. P. - Portugal e a Integração Económica Europeia - Livraria Almedina, Coimbra, 1970.

Relatórios:

Anuários Estatísticos de Angola (de 1952 a 1972)

Estatísticas Industriais (de 1960 a 1970), Luanda

Cadernos Económicos Portugal - Angola n.º 8, CCIPA, pág 16.

Planos de Fomento de Angola (1953/58; 1959/64; 1968/73; 1974/79 e Plano Intercalar (1965/67)

Plano Director de Reindustrialização de Angola - Cadernos Económicos Portugal Angola N.º8 – ed. Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola; 1995

Análise das implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período de 2020–2021

Trabalho de investigação apresentado ao Centro de Estudos, Investigação e Pós-Graduação da Universidade Lusíada de Angola, como requisito parcial para avaliação referente ao Módulo de Macroeconomia.

Autor: João de Sousa Kassinda

Docente: MSc. Laércio Cândido

PENSAMENTO

“Com a crise surgem oportunidades e visão de um mundo melhor e talvez seja o momento de repensar o consumo para economizar e evitar desperdício.”.

Bruno Calil Fonseca

RESUMO

Este trabalho está subordinado ao tema: análise das implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período 2020–2021. Visou analisar as reais implicações que a pandemia da Covid-19 teve sobre o processo de execução orçamental, partindo do pressuposto de que, tão logo se começaram a se identificar os primeiros casos de infecção por Covid, o Governo angolano tomou medidas para conter a propagação do surto do vírus, medidas entre as quais o confinamento, a limitação laboral, o encerramento das fronteiras, só para citar estas, que, ao serem adoptadas, reflectiram significativamente na contenção do vírus em termos de propagação por um lado e, por outro, afectaram negativamente a economia angolana, causando uma quebra na produção e no consumo. A queda do preço do barril de petróleo, aliada à crise sanitária, forçou o governo angolano a rever em baixa o OGE referente ao ano 2020 cuja revisão incidiu sobre a redução do volume de receitas públicas e o adiamento da execução de alguns projectos, comprometendo assim o plano financeiro e os objectivos traçados para o ano de 2020. As implicações que a Covid-19 trouxe para a execução orçamental foram tão significativas que o Governo teve de aumentar as despesas com a saúde no OGE-2021, cuja execução foi feita com base no ambiente de incerteza que a pandemia causou na economia angolana.

Palavras-chave: Implicações; Covid-19; OGE; Economia angolana; Despesas; Receitas.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos as crises sanitárias afligiram a vida das populações. Ao se propagarem, as pandemias não só trouxeram um novo normal, alterando modo de vida das pessoas, como também tiveram um impacto gigantesco nos índices de mortalidade. As pandemias não somente afectam a condição sanitária das sociedades como também a economia de uma forma geral, impactando negativamente na produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Por se tratar de um vírus (estas pandemias) e devido à sua rapidez de propagação, os países foram sempre obrigados a adoptar medidas de confinamento social, que de certa maneira têm afectado a redução do consumo, da produção e, conseqüentemente, o aumento do desemprego causado pela crise sanitária. Em função disso, os Governos sentem-se forçados a criar um conjunto de políticas por intermédio de esforços baseados em: manter o confinamento e quebrar a economia ou desconfinar e relançar aos poucos a actividade económica. Com esta situação, os governos, por um lado devem, manter medidas restritivas para evitar a propagação de certas doenças e, por outro, aliviar as restrições como formas de garantir o normal funcionamento da economia.

Quanto à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), esta obrigou os governos de muitos países a restringir o normal funcionamento da actividade económica, como forma de controlar a propagação

do vírus, facto que contribuiu para o abrandamento da actividade produtiva das empresas, afectando negativamente as economias e o processo de execução da política fiscal.

A Covid-19 se tem revelado uma grande ameaça à vida humana e um factor de perturbação da economia, como resultado da queda abrupta da procura, com a redução do consumo a nível mundial, em decorrência da adopção de medidas de confinamento e isolamento social, voluntárias ou compulsivas, a contracção da oferta e a redução da capacidade produtiva dos agentes económicos, gerada pelas restrições ao exercício de actividade económica imposta pelos Governos e por interrupções na cadeia de suprimento globais, com impacto significativo sobre o comércio internacional.

Os efeitos adversos da Covid-19 têm forçado sobretudo o Governo angolano a rever suas finanças públicas, no capítulo das despesas orçamentais, de forma a afectar cada vez mais despesas para aquisição de equipamentos hospitalares, materiais de biossegurança e respectivas vacinas contra a Covid-19, com a finalidade de evitar a propagação do vírus.

A problemática de investigação surge dada a gravidade do vírus, que se revela pela sua rapidez de propagação e pela sua letalidade nos segmentos populacionais mais idosos. Constatou-se que a pandemia da Covid-19 obrigou os países do mundo ao encerramento da suas fronteiras, levou ao confinamento geral da população e fez com que a economia mundial se retraísse por conta da redução tanto da oferta agregada (produção) como também na procura agregada (consumo).

O confinamento causado pela Covid-19 causou em Angola o encerramento de muitas empresas, a redução da força de trabalho efectiva, na produção como nas exportações petrolíferas, por conta da redução do preço da matéria-prima no mercado internacional, causando implicações muito fortes que levaram o Estado angolano a rever em baixa o Orçamento Geral do Estado no ano de 2020, provocando descidas no nível de arrecadação de receitas face ao previsto e alguns cortes orçamentais, sobretudo em despesas com projectos de importância não estrutural e no redireccionamento de despesas para a saúde pública. Sendo assim, diante do exposto, formulou-se como problema de investigação a seguinte questão: Que implicações teve a Covid-19 na execução orçamental em Angola no período compreendido entre 2020 e 2021?

Em resposta ao problema de investigação, definiu-se como hipótese o seguinte:

A análise da economia angolana num contexto de crise sanitária vai permitir descrever as implicações que a Covid-19 teve na execução orçamental entre 2020 e 2021.

Objectivos da investigação:

Geral: Analisar as implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período entre 2020 e 2021

Específicos:

1. Abordar teoricamente as implicações pandémicas na actividade económica; 2. Aplicar os procedimentos metodológicos necessários para a análise das implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período compreendido entre 2020 e 2021;
3. Descrever as principais implicações causadas pela Covid-19 nos orçamentos de 2020 e 2021.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, onde se apresenta a ideia da investigação com alusão ao problema e os objectivos da investigação. Seguidamente tem-se o primeiro capítulo, que procurou abordar de uma forma histórica a génese das pandemias que marcaram o mundo e os seus impactos sobre a economia, desenvolvendo-se uma abordagem mais direccionada para a Covid-19 em Angola e para as medidas que o Governo angolano tem adoptado face ao surto. No segundo capítulo faz-se a aplicação dos procedimentos metodológicos com atenção aos tipos de investigação adoptados, aos métodos e técnicas para a obtenção e tratamento dos dados. No terceiro capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos de formas a descrever as reais implicações que a pandemia causou na execução orçamental no período em voga. Finalmente, são apresentadas as conclusões como forma de dar a entender que os objectivos foram alcançados e o problema solucionado.

CAPÍTULO I — ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O objectivo desta secção consiste na abordagem histórica sobre o surgimento e impacto das pandemias que marcaram a história do mundo. Tendo em atenção a abordagem central desta investigação, procurou-se estudar os impactos sobre a economia que as grandes pandemias tiveram a nível mundial. Também é apresentado um quadro comparativo para ilustrar de forma clara os reais impactos das crises pandémicas. Por último, lança-se um olhar sobre as implicações da Covid-19 na economia angolana e as medidas adoptadas pelo Governo angolano no sentido de minimizar os efeitos adversos causados pela pandemia.

1.1. Breve historial sobre as pandemias

A presença de doenças altamente infecciosas que se tornaram pandemias, como a Covid-19, cria sérios problemas de saúde e económicos devido às várias transformações sociais e ambientais globais que ocorreram como resultado do desenvolvimento económico. Como consequência do desenvolvimento económico, a população mundial tornou-se cada vez mais urbanizada e concentrada em grandes cidades (e conglomerados urbanos, como metrópoles e megalópoles) e, também, o nível global da população humana aumentou muito desde o início da Revolução Industrial. A densidade das populações humanas é maior do que nunca. Além disso, a mobilidade das pessoas em todas as dimensões geográficas aumentou tremendamente. Esses factores facilitam o surgimento de novas doenças infecciosas e sua propagação (Tisdell, 2020, citado por Gomes, Leles, Kruger e Veras, 2021).

Esses factores, tal como aferem os autores citados, não só facilitam o surgimento de novas doenças como a também a rápida propagação destas entre as pessoas, devido à mobilidade que se observa a nível mundial, configurando nalguns casos a existência de circulação comunitária do vírus em qualquer região, transpondo fronteiras, independentemente da sua origem.

Os desenvolvimentos na natureza da actividade económica exacerbam o problema de controlo de novas doenças infecciosas que são transmitidas como resultado do contacto e da presença humana. O aumento da especialização económica e a maior divisão do trabalho, acompanhados pela expansão dos mercados e pela crescente globalização económica, aumentam o risco de que os indivíduos entrem em contacto com fontes que facilitam a ocorrência de doenças altamente contagiosas, como a gripe e a Covid-19. No caso desta última, teve início da China e repentinamente alastrou-se para todo planeta a uma velocidade sem precedentes. As implicações económicas adversas de novas formas ou tipos dessas doenças podem ser graves, dado o alto grau de interdependência da actividade económica nas economias modernas (Tisdell, 2020). Sendo assim, seguidamente irá apresentar-se uma breve visão geral de pandemias de significado histórico e suas implicações económicas.

1.1.1. A peste negra

A peste negra foi um dos primeiros eventos verdadeiramente globais da história da humanidade. Desde a sua chegada à Europa, em 1347, espalhou-se rapidamente pelo continente, trazendo consideráveis perdas de vidas humanas e graves consequências económicas e sociais. As pragas não eram algo novo em Espanha ou na Europa, e surtos de peste apareceriam regularmente nos séculos seguintes, até o presente. A diferença entre a peste negra e as experiências epidemiológicas anteriores está na gravidade do choque em um período de tempo muito curto e no retorno da doença, sem cura, que apareceu de forma recorrente. A incidência da peste foi assimétrica na Europa, em parte como consequência das diferentes características económicas e sociais das áreas afetadas (Caballero, Escosura e Nogal, 2020).

Argumenta-se que um longo e enraizado processo de decadência económica já havia se iniciado na Europa quando a peste chegou às suas fronteiras. O crescimento demográfico da Idade Média trouxe a população europeia para perto de seu teto, aumentando a pressão sobre os recursos. O frágil equilíbrio entre os dois (crescimento populacional e recursos) foi rompido quando as condições climáticas deteriorantes reduziram as colheitas e produziram crises de subsistência que

tornaram mais provável o aparecimento de doenças. As crises agrárias de 1315–17 e 1340–50 foram, portanto, exemplos desse processo, e o declínio demográfico já estava em curso cinquenta anos antes da chegada da peste negra em algumas áreas da Europa (Caballero, Escosura e Nogal, 2020).

A chegada da peste negra à Europa produziu a pior crise demográfica registada na história humana, devido à escassez de mão-de-obra causada pela doença, na medida em que a peste dizimou parte da população na Europa. Por outro lado, isso resultou a longo prazo no desenvolvimento de tecnologias que economizam trabalho e, conseqüentemente, em maior produtividade. Um desenvolvimento económico significativo e uma mudança social ocorreram na Europa depois que a peste negra diminuiu, levando a uma melhoria dos salários reais a longo prazo e produzindo um aumento repentino da renda per capita na maior parte da Europa (Tisdell, 2020; Caballero, Escosura e Nogal, 2020).

Além das implicações negativas que a peste negra trouxe para a Europa, o que se traduziu numa redução populacional, tornando escassa a mão-de-obra na actividade económica, a peste negra forçou um desenvolvimento no sector das tecnologias, que foi o elemento fundamental para a substituição do trabalho humano, elevando a produtividade e os ganhos na produção e traduzindo-se um rápido desenvolvimento económico, que se consubstanciou na redução e posterior erradicação da peste negra por toda Europa.

1.1.2. Gripe “espanhola”

Na primavera de 1918, começaram a aparecer relatos de uma nova doença. A agência internacional de notícias Reuters recebeu notícias de fontes espanholas de que “uma estranha forma de doença de carácter epidémico apareceu em Madrid. A epidemia é de natureza branda; nenhuma morte foi relatada”. Isso provou ser parte da primeira, e relativamente leve, onda de uma doença que infectaria aproximadamente 500 milhões de pessoas (cerca de um terço da população global na época) e mataria tantas que seria mais tarde descrita como o evento mais mortal da história humana em termos de contagem de corpos. Este foi o início da pandemia da gripe espanhola (Flecknoe, Wakefield e Simmons, 2018).

O final de 1918 viu uma segunda onda muito mais mortal da doença varrer os Estados Unidos, a Europa, o México, a Nova Zelândia, a Islândia, o Irão e mesmo nações insulares isoladas, como a Samoa Ocidental (onde matou mais de 20% da população). A análise de cadáveres congelados da época mostrou que era uma variante do vírus da gripe H1N1 e causou danos tão calamitosos aos pulmões e vias respiratórias que as vítimas geralmente morriam de pneumonia bacteriana secundária, pois na época não havia antibióticos para tratamento (Flecknoe, Wakefield e Simmons, 2018).

A pandemia não desencadeou uma grande contracção na actividade económica agregada. Uma recessão branda começou em Setembro de 1918 e continuou até Março de 1919. Os gastos públicos europeus no esforço de guerra podem explicar por que motivo a economia agregada não desacelerou significativamente: “A demanda sem fim por carvão, aço, maquinaria, têxteis e outros produtos necessários para o esforço de guerra compensou amplamente os efeitos de uma pandemia tão severa na actividade económica agregada” (Wheelock, 2020).a

A produção industrial caiu drasticamente, mas se recuperou rapidamente. As vendas a retalho parecem ter sido pouco afectadas pela pandemia, talvez por causa de um aumento nas compras dos consumidores após o Armistício, a 11 de Novembro, e nem as falências de negócios nem outras formas de dificuldades financeiras aumentaram significativamente. A pandemia teve um grande impacto em alguns sectores. Estima-se que a pandemia causou um declínio de 18% na produção industrial e um declínio de 23% no emprego industrial, em parte porque várias cidades

com grandes indústrias manufactureiras estavam entre as que apresentavam as maiores taxas de mortalidade por gripe (Wheelock, 2020).

Por mais estragos que a pandemia tenha trazido para a indústria, entende-se que a gripe espanhola não afectou significativamente na desaceleração da economia europeia. Ela surge no contexto da

Primeira Guerra mundial, em que os gastos públicos a nível da Europa estavam voltados para fortes investimentos da indústria bélica, o que aumentou a demanda agregada por armamentos para fazer face às despesas com a guerra.

1.1.3. A pandemia de VIH/sida

Em 1983, um retrovírus (mais tarde denominado vírus da imunodeficiência humana ou VIH) foi isolado de um paciente com a doença. Nos 25 anos desde o primeiro relatório, mais de 65 milhões de pessoas foram infectadas com o VIH e mais de 25 milhões morreram de sida. Em todo o mundo, mais de 40 por cento das novas infecções entre adultos ocorrem em jovens de 15 a 24 anos de idade. Noventa e cinco por cento dessas infecções e mortes ocorreram em países em desenvolvimento (Merson, 2006).

A sida foi considerada a principal causa de morte prematura entre pessoas de 15 a 59 anos de idade. Nos países mais atingidos, as bases da sociedade, governança e segurança nacional estão se desgastando, levando as redes de segurança ao ponto de ruptura, com repercussões sociais e económicas que atravessarão gerações (Merson, 2006).

O impacto da epidemia continua a ser muito grave sobre os indivíduos, famílias e nações, reduzindo em mais da metade o Produto Interno Bruto (PIB) dos países gravemente infectados e 480 milhões de pessoas — a estimativa da ONU da população global até o ano 2050. O aumento da mortalidade afecta as famílias e as comunidades de várias maneiras. As crianças podem ficar sem os pais, aumentando os níveis de orfandade. Em 2001, 13,2 milhões de crianças perderam pelo menos um dos pais devido à sida. A mortalidade dos pais por sida eventualmente resultará em declínio da nutrição familiar, deterioração da condição económica e aumento do número de crianças fora da escola (especialmente meninas), o que leva à deseducação da geração futura (Zanakis, Alvarez e Li, 2007).

Diferenças consideráveis de VIH/sida entre as nações foram atribuídas à pobreza e à instabilidade económica (riqueza da nação), à migração (rural para urbana e estrangeira), à educação (alfabetização), ao acesso a serviços de saúde, ao uso de drogas e a doenças sexualmente transmissíveis. A sida mata pessoas e também a actividade económica, pois a influência da sida no PIB subestima o impacto da sida na humanidade. O impacto do VIH/sida na família não só reverte a capacidade de acumular poupança mas também reduz o consumo, gerando menor capacidade de ganho, produtividade e maiores custos médicos, funerários e legais. Mesmo com a ajuda de organizações globais, uma nação com baixo crescimento económico dificilmente pode pagar os custos de terapia anti-retroviral altamente activa e programas de prevenção (Zanakis, Alvarez e Li, 2007).

Os impactos negativos do VIH sobre o PIB circunscrevem-se à redução do consumo das famílias, que passam por canalizar mais despesas em anti-retovirais. A doença empobrece as famílias e as torna mais vulneráveis à mortalidade, o que pode significar a perda do potencial da força de trabalho de um país e, conseqüentemente, uma baixa produtividade.

1.1.4. Gripe aviária

A 5 de Fevereiro de 2005, um editorial alertou os leitores de que um surto de gripe aviária em que o vírus seria transmitido não de aves para pessoas, mas entre pessoas, poderia matar 1,5 bilião e de que a ciência e a sociedade não estavam preparadas. A gripe aviária atraiu maior cobertura dos órgãos de comunicação social desde o final de 2004, uma cobertura que se intensificou ainda mais após meados de 2005, especialmente em Outubro de 2005 (Nerlich e Halliday, 2007).

A disseminação global do vírus da *influenza* aviária H5N1 prejudicou amplamente as economias em todo o mundo e a segurança alimentar nos países em desenvolvimento. A disseminação da infecção para novos ecossistemas resulta na adaptação do vírus a novos hospedeiros, incluindo humanos, o que amplifica o potencial para uma pandemia de gripe. Como é reconhecido que os vírus da *influenza* aviária podem ser os progenitores do próximo vírus pandémico humano, sua evolução

genética deve ser rastreada em detalhes e prontamente investigada (Bogner, Capua, Lipman e Cox, 2006).

1.1.5. Gripe “suína”

Em abril de 2009, uma nova variante do vírus da gripe, A/H1N1, comumente conhecida como “gripe suína”, começou a se espalhar em vários países ao redor do mundo. A evidência de que esta nova variante poderia passar de humano para humano levou a Organização Mundial da Saúde a elevar rapidamente seu nível de alerta de pandemia para a fase 5, representando “um forte sinal de que uma pandemia é iminente e que é hora de finalizar a organização, comunicação e implementação de que as medidas de mitigação planeadas são curtas. Isso foi posteriormente elevado para a fase 6, indicando que uma pandemia global completa estava em andamento. As medidas de mitigação no Reino Unido se concentraram em identificar, tratar e isolar as pessoas que tinham a doença e educar o público sobre as medidas que os indivíduos podem tomar para reduzir o risco de transmissão. Essas recomendações incluem o uso de lenços de papel ao espirrar, lavar as mãos regularmente com água e sabão e estabelecer uma rede de “amigos da gripe” para fornecer assistência mútua caso alguém fique doente (Rubin, Amlôt, Page e Wessely, 2009).

Além dos impactos directos sobre a saúde de um surto grave, é preocupante o impacto económico, especialmente em um momento de recessão global. O planeamento de preparação para uma pandemia deve, portanto, equilibrar duas vertentes políticas principais — manter “negócios como de costume” para minimizar o impacto económico de uma pandemia e encorajar o “distanciamento social” para minimizar o impacto relacionado à saúde de uma pandemia —, além de usar recursos como antivirais e vacinas (Smith, Keogh-Brown, Barnett e Tait, 2009).

A gripe suína colocou os governantes num dilema, que se baseava entre continuar com actividade económica de forma a obter mais recursos para combater a gripe ou impor um distanciamento social como forma de reduzir a propagação do vírus.

1.1.6. O surto de ébola

A doença causada pelo vírus ébola está associada a uma taxa de letalidade de 30 a 90%, dependendo da espécie do vírus. Condições específicas em hospitais e comunidades na África facilitam a propagação da doença de pessoa para pessoa. A 10 de março de 2014, hospitais e serviços públicos de saúde alertaram o Ministério da Saúde Africano sobre grupos de uma doença misteriosa caracterizada por febre, diarreia severa, vômito e aparente alta taxa de fatalidade (Baize, 2014).

Após a declaração do surto a 1 de agosto de 2014, equipas de resposta rápida que incluíam médicos, epidemiologistas e autoridades locais de saúde pública foram enviadas para zonas de saúde. As equipas de resposta entrevistaram pacientes e contactos domiciliares para identificar casos e contactos secundários. Para acabar com o surto, são necessários: comunicação aprimorada e envolvimento comunitário eficaz, bem como tempo de intervenção durante períodos de relativa estabilidade e treino intensivo de residentes locais para gerir actividades de resposta com supervisão periódica por pessoal nacional e internacional (Aruna, 2019).

O surto de ébola minou seriamente a economia em toda a África Ocidental. Em Serra Leoa, em 2015, custou US\$ 6 bilhões em custos directos (hospitais, equipa, medicamentos), e os custos directos, sozinhos, somam três anos de financiamento para a Organização Mundial da Saúde (OMS). Calculou-se que houve uma perda económica de US\$ 1,6 bilhão para os países, em comparação com o crescimento económico do ano anterior, 2014 (Qiu, Rutherford, Mao e Chu, 2017).

1.1.7. Vírus zika

Em 1947, um estudo sobre a febre-amarela produziu o primeiro isolamento de um novo vírus, do sangue de um macaco rhesus sentinela colocado na floresta de Zika, no Uganda. O vírus zika

permaneceu em relativa obscuridade por quase 70 anos; então, no espaço de apenas um ano, o foi introduzido no Brasil a partir das ilhas do Pacífico e se espalhou rapidamente pelas Américas. Ele se tornou a primeira grande doença infecciosa ligada a defeitos congénitos humanos a ser descoberta em mais de meio século e criou tal alarme global que a OMS declararia a situação uma Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional (Petersen, Jamieson, Powers e Honein, 2016).

A co-circulação do vírus zika e do vírus chikun-gunya foi documentada na Polinésia Francesa e no Brasil, mas provavelmente também ocorre nas Américas, na Ásia, em várias ilhas do Pacífico e em África, onde estes são endémicos. É claro que o vírus zika está se espalhando para todos os países infestados com mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* (Musso e Gubler, 2016).

A infecção pelo zika pode levar a uma constelação de sintomas que incluem febre, erupção cutânea, dor nas articulações, conjuntivite, dor muscular e dor de cabeça, que têm inúmeras repercussões nos custos médicos e na produtividade. O vírus zika também foi associado a sequelas clínicas mais substanciais, como a síndrome de Guillain-Barré e defeitos congénitos graves, incluindo microcefalia (Lee, Alfaro-Murillo e Parpia, 2017).

As consequências económicas também são provavelmente importantes. Os pais das crianças com microcefalia incorrerão em custos directos (por exemplo, pagamento de medicamentos) e indirectos (por exemplo, perda de produtividade). Esse impacto é potencialmente exacerbado pelo facto de o zika afectar desproporcionalmente os pobres, que são menos capazes de lidar com esse fardo económico. O governo também gastará dinheiro com a prestação de serviços sociais e de saúde para as crianças afectadas e seus cuidadores. É importante calcular esses custos económicos, para que os decisores possam entender o impacto económico de cada caso e serem capazes de compará-lo com outras doenças e preparar orçamentos apropriados. As primeiras estimativas sugerem que cada caso de microcefalia incorre em custos médicos directos de US\$ 91.102 e US\$ 28.818 por vida para a América Latina e Caraíbas, respectivamente (Kuper e Valongueiro, 2018).

1.1.8. A pandemia por Covid-19 e a economia

A literatura económica sobre o controlo ideal de doenças é esparsa, e seus modelos lidam principalmente com o comportamento individual e as externalidades da tomada de decisão individual com relação ao tratamento, vacinação ou distanciamento social. Os custos e benefícios nos modelos de controlo ideal existentes são normalmente relacionados com o estado de saúde dos indivíduos, calculados pela atribuição de valores ou pesos aos indivíduos de acordo com seu estado de saúde (Rowthorn e Maciejowski, 2020).

A Covid-19 está causando as perdas mais graves às economias de muitas nações (Yamin, 2020). Estima-se que o surto atual de Covid-19 custe US\$ 1 trilhão para a economia mundial durante o ano de 2020. De acordo com especialistas, esse impacto é ainda pior do que a Grande Crise Financeira que o mundo enfrentou em 2007–2008. Os países estão reduzindo as taxas de juros e revisando seus gastos (Kabir, Afzal, Khan e Ahmed, 2020).

Os políticos em muitos países responderam para salvar suas economias (Yamin, 2020). Para mitigar o impacto socioeconómico da Covid-19, a União Europeia (UE) iniciou várias intervenções, incluindo um pacote financeiro de 540 bilhões de euros para apoiar empresas e trabalhadores na UE. A maioria dessas intervenções foi limitada a impulso fiscal imediato, diferimentos e provisões e garantias de liquidez. Isso incluiu o diferimento de pagamentos como impostos e segurança social e linhas de crédito por meio de bancos nacionais para os sectores público e privado. Gastos adicionais do governo com suprimentos médicos e nos sectores de saúde, salários e reajustes de salários também prevaleceram entre as várias medidas tomadas (Antwi, Getty, Linnane e Rolston, 2020).

O pagamento automático de benefícios sociais e o baixo crescimento significaram que a dívida nacional aumentou na maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) após a crise financeira. Em França, aumentou de 87,8% em 2011 para 98,4% em 2018, na Itália de 119,7% para 134,8%, no Reino Unido de 80,1% para 85,7% e nos Estados

Unidos de 99,8% para 106,9%. A exceção foi a Alemanha, onde o nível caiu de 79,8% para 61,9% (Daunton, 2020).

A compra de títulos de longo prazo no mercado aberto para aumentar a oferta de moeda e encorajar empréstimos e investimentos por parte dos bancos centrais adoptados nos Estados

Unidos, Grã-Bretanha e, eventualmente, na União Europeia teve graves consequências distributivas que contribuíram para a fragilidade da economia em 2020. Levando a preços de ativos mais altos que beneficiaram os 10% mais ricos, sua riqueza e rendimento aumentaram e, dada sua menor propensão a consumir, o resultado foi um excesso de poupança dos ricos (Daunton, 2020).

Em contraste, a austeridade significou que os 90% mais baixos da distribuição do rendimento se voltaram para a dívida privada e “pouparam” para manter o consumo. O aumento do endividamento significava que tinham maiores dificuldades em manter os gastos, o que levou à fragilidade económica — e o governo de países pobres não interferiram com gastos públicos suficientes para manter o consumo geral. A tributação não mais contribuiu para reduzir a desigualdade de rendimento e riqueza, e as disparidades continuaram para aumentar com o ressentimento e a desilusão que alimentaram o populismo e o nacionalismo económico (Daunton, 2020).

O potencial da pandemia de interromper os arranjos de governança está parcialmente ligado ao facto de ter destacado a fragilidade de um sistema económico global que, até agora, parecia o único possível, de ter exposto e agravado desigualdades estruturais em níveis locais a globais e de ter solicitado uma ampla intervenção estatal para enfrentar a emergência sanitária e as consequências económicas resultantes, potencialmente reformulando os discursos públicos sobre o papel do Estado e do mercado nos próximos anos (Cotula, 2021).

Figura 1: Quadro comparativo sobre as implicações económicas das pandemias

PANDEMIAS	IMPLICAÇÕES
Peste negra	Escassez da mão-de-obra.
Gripe espanhola	Recessão branda da actividade económica; Queda na produção industrial, provocando desemprego no sector.
VIH	Redução do PIB nos países mais afectados; Deterioração da condição económica das famílias; Aumento da pobreza e a instabilidade económica; Baixa produtividade.
Gripe aviária	Insegurança alimentar nos países em desenvolvimento.
Gripe suína	O dilema entre a actividade económica e o isolamento social.
Ébola	Elevação dos custos com a saúde; Perda do crescimento económico.
Vírus zika	Elevação dos custos médicos; Baixas na produtividade.
Covid-19	Encerramento de empresas e indústrias; Redução da produção a todos os níveis; Redução da demanda e da oferta agregada; Reajustes salariais; Abrandamento no pagamento da dívida pública; Aumento do desemprego.

Fonte: Elaboração própria.

As pandemias impactaram sempre negativamente no crescimento populacional a nível global, sendo a população um elemento essencial para o desenvolvimento da actividade económica, na produção e consumo. Durante o período em que vigoram as pandemias, os governos foram forçados a reorientar as suas políticas públicas para o combate sem precedentes de tais surtos. Estas medidas passaram a ser materializadas com o exercício da actividade financeira do governos, isto é, nos domínios da política fiscal e os orçamentos de estados passaram a dotar mais despesas para o combate as pandemias, passando a saúde a beneficiar de maiores verbas orçamentais tendo em conta a criação de fundos emergenciais para mitigação dos efeitos adversos das crises sanitárias.

Neste sentido, o propósito desta pesquisa consiste em analisar as medidas que o governo angolano tomou nos domínios orçamentais em função da pandemia da Covid-19, isto é, averiguar as reais implicações da pandemia na execução orçamental, procurando perceber as principais alterações ou introduções de dotações orçamentais feitas num contexto de crise. Porém, antes de descrevermos as

implicações em matéria de execução orçamental, queremos olhar para os impactos causados pela Covid-19 na economia angolana e para as medidas adoptadas para contrapor os seus efeitos.

1.2. Impacto da Covid-19 sobre a economia nacional

Tal como em outros países, principalmente os produtores de petróleo, a queda do preço desta commodity nos mercados financeiros internacionais, devido à pandemia da Covid-19, afectou também negativamente a economia nacional, uma vez que as exportações angolanas são fortemente dependentes desta commodity (CMC, 2020).

Segundo o Relatório de Fundamentação do OGE revisto, a produção petrolífera diária em 2020 passou de 1.436,9 mil Bbl/dia, inicialmente previstos, para cerca 1.283,5 mil Bbl/dia, em resultado do acordo entre a OPEP e seus aliados, com vista a contrariar a tendência de queda do preço do petróleo provocado pela pandemia.

Com isto, as novas projecções apontam para uma contracção do PIB real na ordem de 3,6% em 2020. Com base em CMC (2020), a dívida pública atingiu cerca de 113% do PIB em 2019 e poderá ascender a 123% em 2020, caso as condições económicas internacionais não melhorem substancialmente.

Não obstante, a Covid-19 também condicionou a actividade produtiva interna, sendo que as medidas de isolamento social e distanciamento desincentivam o consumo, o que tem efeitos perversos sobre a rendibilidade e oferta das empresas, com potencial para aumentar o desemprego em grande escala.

1.2.1. Medidas adoptadas pelo governo angolano face à Covid-19

De acordo com o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, as medidas tomadas pelo governo angolano, não estão longe das medidas tomadas pelos demais países, pois rapidamente o governo angolano encerrou as fronteiras para os países que já tinham casos positivos, declarou de seguida o estado de emergência (que foi prorrogado num intervalo superior a um mês) e limitou as deslocações para o exterior pela imposição de uma cerca sanitária internamente. Em consequência disto, o governo adoptou um conjunto de medidas fiscais, monetárias e cambiais.

Com a finalidade de minimizar os efeitos da pandemia sobre a economia nacional, o Executivo angolano, por via do Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de Abril, adoptou um conjunto de medidas imediatas, económicas e financeiras, de alívio aos efeitos negativos provocados pela Covid-19, a destacar as seguintes:

- **Alargamento do prazo de liquidação do Imposto Industrial (II) em um (1) mês:**

Para aliviar e garantir maior liquidez às empresas, o Governo decidiu que as empresas do grupo B, ao invés de liquidarem o II no final de Abril, como diz a Lei, poderão agora fazê-lo a 29 de Maio de 2020. As empresas do grupo A, que deviam liquidar a 31 de Maio de 2020, poderão fazê-lo a 30 de Junho.

Esta medida foi adoptada para que as empresas tivessem capacidade de honrar os seus compromissos salariais. Pelo facto de a actividade empresarial ter abrandado com a declaração de estado de emergência, muitas empresas viram seus lucros caindo. Eis a razão por que um alargamento fiscal (no pagamento do imposto) por parte do Estado possibilita que as empresas tenham algum fundo para pagarem os salários dos trabalhadores. Porém, segundo o CEIC (2020), “é verdade que tal decisão poderá provocar dificuldades ao nível das finanças públicas, mas a estabilidade das empresas deveria estar acima, pois estas é que muito contribuem para as receitas fiscais e para a geração e manutenção de empregos”.

- **Pagamento da Segurança Social (8% da entidade empregadora) dos meses de Abril, Maio e Junho em seis parcelas mensais, de Julho a Dezembro de 2020**

Com esta medida, o Governo estará a permitir que as empresas, inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e que contribuem para a Segurança Social dos seus trabalhadores, tenham

disponibilidade financeira para fazer investimentos. No caso dos trabalhadores, os mesmos receberiam na sua plenitude o salário como forma de melhorar o rendimento disponível familiar proveniente dos salários.

• **Crédito e liquidez disponível para as empresas**

O Governo anunciou um conjunto de linhas de crédito a que as empresas poderão ter acesso para reforçar os seus níveis de liquidez na economia para que possam absorver tal liquidez e aplicá-la como forma de investimento.

Assim, de uma forma geral, a adopção dessas medidas consubstancia-se num pacote denominado de “medidas de alívio económico”. Conforme o nome diz, é mesmo para aliviar as empresas e os trabalhadores dos efeitos negativos causados pela pandemia da Covid-19.

CAPÍTULO II — APLICAÇÃO METODOLÓGICA

É de suma importância a componente metodológica em qualquer processo investigativo, pois é por meio dela que a informação necessária à pesquisa é obtida. Não obstante, a metodologia fornece os caminhos sobre os quais é conduzida toda a investigação, em função de um conjunto de métodos e técnicas que permitem a obtenção da informação e sua análise.

2.1. Desenho metodológico

Do ponto de vista da abordagem do problema, este trabalho constitui uma pesquisa quantitativa, porquanto procurou, entre uma variedade de informações, medir as implicações que a Covid-19 teve sobre a economia angolana, particularmente na execução orçamental nos períodos de 2020 a 2021.

Quanto aos seus objectivos, assume-se numa pesquisa descritiva, na qual visa descrever as causas e as consequências que as pandemias têm sobre a economia de uma forma geral e de modo particular as implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola. Neste âmbito, o estudo baseou-se na observação sistemática e no levantamento de dados.

Tendo em conta os procedimentos técnicos, constitui um pesquisa bibliográfica, cuja elaboração foi feita a partir de materiais publicados, constituídos principalmente por livros, artigos científicos e, actualmente, material disponibilizado na Internet.

2.2. Métodos e técnicas

Em função do tipo de pesquisa, foram utilizados os seguintes métodos:

O método histórico-lógico foi utilizado no sentido de investigar a evolução histórica das pandemias no contexto económico, para percebermos a forma pela qual a Covid-19 impactou a economia angolana, em particular a execução orçamental. Com este método percebemos como as crises pandémicas evoluíram no mundo e como actualmente se podem encontrar mecanismos para a prevenção/combate das mesmas.

A utilização do método comparativo inscreve-se neste contexto na medida em que, por meio do referencial teórico, se efectuou um quadro comparativo sobre os efeitos que as pandemias (cada uma em particular) tiveram sobre a economia mundial.

Usou-se também o método hipotético-dedutivo, que, por meio das deduções sobre as implicações da Covid-19 na economia angolana, definiu o problema de investigação através da hipótese. A utilização deste método inscreve-se nas observações feitas sobre a realidade da economia angolana num contexto de crise sanitária, e daí retiraram-se ilações que permitiram sustentar a problemática da investigação.

O método análise-síntese permitiu avaliar as implicações que a Covid-19 teve na execução orçamental, entre diferentes aspectos, fixando-se sobretudo naqueles que interessam à investigação. Com este método foi possível, no meio de tanta informação sobre a temática, sintetizar ao máximo aquela que conferem maior entendimento à investigação.

Para a recolha dos dados, foi usada essencialmente a pesquisa bibliográfica e a revisão documental, que se baseou em relatórios institucionais divulgados sobretudo pelo Ministério das Finanças, como é o caso dos relatórios de fundamentação do OGE e dos documentos publicados por organizações internacionais que abordam o tema. Foi também utilizada a observação sistemática, de que, em função da realidade socioeconómica causada pela pandemia, retiramos conclusões que deram sustentabilidade às ideias defendidas durante a pesquisa.

2.3. Técnicas de tratamento e análise dos dados

Os dados do trabalho foram obtidos sobretudo em relatórios divulgados no portal do Ministério das Finanças. Com estes analisaram-se os relatórios de fundamentação do OGE-2020, 2020 revisto e 2021, respectivamente. Com estes relatórios foi possível fazer uma leitura dos dados e descrever as implicações da Covid-19 nos referidos orçamentos. Os elementos analisados prendem-se em particular com as receitas e despesas públicas nos períodos em referência.

Para o efeito, recorreu-se a tabelas e gráficos que foram construídos com recurso à ferramenta do Excel, o que facilitou a leitura e a interpretação da informação. A análise da informação teve lugar em função dos dados espelhados nos gráficos e tabelas, fazendo uma análise descritiva de acordo com informação numérica apresentada.

CAPÍTULO III — IMPLICAÇÕES DA Covid-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ENTRE 2020–2021

Segundo o Relatório de Fundamentação do OGE revisto de 2020, a pandemia da Covid-19 trouxe alterações no cenário económico angolano, pois as principais implicações que a mesma trouxe prendem-se com a redução das receitas petrolíferas e diamantíferas, por via do preço e da produção, do encarecimento das importações e/ou da diminuição das importações, dos

choques de produção e de consumo, gerados pelas medidas de isolamento social, compulsivas e voluntárias, com potencial para culminar numa redução acentuada das receitas não petrolíferas, do aumento das despesas públicas e isenções fiscais para fazer face ao surto, da pressão sobre a taxa de câmbio e sobre os preços, gerada sobretudo pela menor disponibilidade de moeda estrangeira e pela contracção da oferta de bens e serviços, e do aumento do custo de financiamento externo e interno para os sectores público e privado.

3.1. A execução orçamental de 2020

O comportamento económico, aliado ao efeito da pandemia Covid-19, afecta negativamente o rendimento disponível das famílias, a taxa de desemprego e os níveis de poupança pública, inibindo o consumo, o crescimento da produção e do investimento.

Tabela 1 — Quadro Macroeconómico de Referência 2020

Indicadores	2020	
	OGE	OGE revisto
Inflação (%)	25,0	25,0
Produção de Diamantes (Mil quilates)	10 175,0	8 000,0
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilate)	162,1	103,0
Produção de Petróleo (Milhões Bbl)	524,5	469,7
Produção Petrolífera (MilBbl)/dia)	1 436,9	1 283,5
Produção de Gás Anual (Mil BOEPD)	99,8	129,5
Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl)	55,0	33,0
Preço Médio do LNG (USD/BOE)	50,9	19,0

Fonte: MEP.

Com o advento da Covid-19, os indicadores económicos foram revistos em baixa de acordo com o OGE de 2020 revisto, com excepção da taxa de inflação, cuja previsão para 2020 se manteve

inalterada. A produção do gás foi revista em alta, ou seja, houve projecções para um aumento da produção do gás em 29,7 mil barris de óleo equivalente por dia. A produção diamantífera caiu 78,6% do OGE para o OGE revisto em 2020, o que impactou na redução prevista do seu preço em aproximadamente 64%.

Dado o encerramento das fronteiras, que causou a redução da procura agregada e da produção global, a produção petrolífera também foi revista em baixa, passando a previsão do seu preço do OGE revisto a uma queda de 60%.

Com base na tabela 1, fica clara a ideia de que a Covid-19 teve implicações muito fortes nos indicadores económicos que constituíram a razão fundamental para a revisão do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020.

Após o diagnóstico sobre o potencial impacto da Covid-19 sobre a economia angolana, concluído e aprovado em Março de 2020, o Executivo aprovou as Medidas Transitórias de Resposta à Baixa do Preço do Petróleo e ao Impacto da Pandemia sobre o Orçamento Geral do Estado de 2020 (Decreto Presidencial n.º 96/20, de 9 de Abril).

Entre as referidas medidas transitórias, destacam-se:

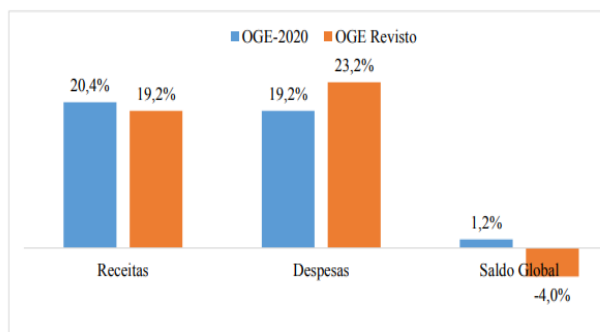
- Cativação de 30% das despesas com Bens e Serviços, não relacionadas com alimentação, medicamentos, limpeza e saneamento;
- Suspensão de parte das Despesas de Capital sem financiamento garantido;
- Suspensão das Despesas de Apoio ao Desenvolvimento que não sejam de carácter prioritário e estrutural;
- Suspensão de todos os “Créditos Adicionais”, com excepção das despesas com o pessoal e projectos de carácter prioritário e estrutural;
- Suspensão de todos os processos de novas admissões e promoções na função pública;
- Proibição do processamento de despesas fora do SIGFE e aceleração da implementação dos mecanismos de processamento de todas as despesas com o pessoal no SIGFE;
- Redução das viagens dos Órgãos Auxiliares do Titular do Poder Executivo e das Delegações Executivas Governamentais;
- Redefinição e tipificação da gama de viaturas a serem atribuídas aos gestores públicos;
- Suspensão da aquisição de novas viaturas para uso pessoal.

De forma genérica, tais medidas foram adoptadas pelo Executivo no sentido de responder à queda do preço do barril de petróleo, que impactou negativamente as receitas públicas e em resposta às implicações que a pandemia trouxe para a economia angolana, como forma de conter os gastos públicos, visando uma melhor adequação dos mesmos em função da nova realidade socioeconómica.

Por via do mesmo Decreto, o presidente da República autorizou o Ministério das Finanças a iniciar o processo de preparação da proposta de revisão do OGE-2020. Em paralelo à preparação da revisão do OGE-2020, autorizou-se igualmente a implementação de medidas adicionais do lado da Política Fiscal, que se baseavam em:

- Subtrair 1,5 mil milhões de dólares do Fundo Soberano Angola (FSDEA);
- Acelerar as privatizações (PROPRIV);
- Autorizar o INSS a comprar títulos no mercado primário, nomeadamente Títulos do Tesouro;
- Limitar a componente cash do Programa de Regularização de Atrasados fora do SIGFE;
- Identificar e operacionalizar todas as fontes de financiamento possível para contrapor os efeitos directos e indirectos da Covid-19.

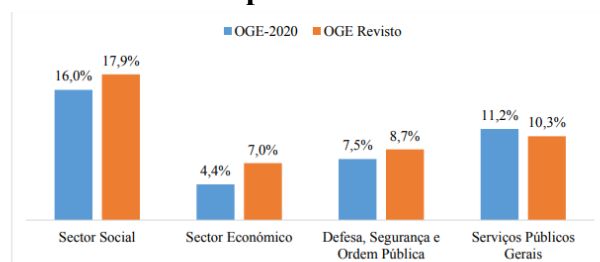
Nesta senda, o OGE Revisto para 2020 foi avaliado em Kz 13 455,3 mil milhões, reflectindo uma redução de 15,7% relativamente ao OGE-2020 Inicial (Kz 15 970,6 mil milhões). As projecções fiscais do OGE-2020 Revisto apontam para um défice fiscal equivalente a 4,0% do PIB, uma redução de 5,3% do PIB face ao valor previsto no OGE-2020 Inicial.

Gráfico 1 — Quadro fiscal em 2020

Fonte: Adaptado de Relatório de Fundamentação do OGE-2020 revisto.

A Covid-19 trouxe implicações negativas para a economia mundial, das quais a economia angolana não excluída. Tendo o petróleo como a principal fonte de receitas e com uma representação significativa nas exportações angolana, ao se baixas significativas no preço do barril no mercado internacional e uma redução na produção petrolífera, as receitas públicas tiveram uma redução do OGE-2020 inicial para o OGE-2020 revisto, registando uma queda de 1,2%, ao passo que as despesas públicas tiveram um aumento de 4% em função de um conjunto de medidas que o Executivo angolano implementou no sentido de aliviar os impactos da Covid-19 sobre as famílias e as empresas. Este aumento das despesas, em contraste com a redução das receitas públicas, traduziu-se num défice fiscal de -4,0% para o OGE-2020 revisto.

Embora na situação em que o país se encontrava a revisão orçamental tenha causado aumentos nas despesas públicas, verificou-se um acréscimo das despesas correntes em 2,6% e um aumento das despesas de capital em 1,4%, influenciado pela aquisição de activos não financeiros.

Gráfico 2 — Distribuição funcional das despesas em 2020

Fonte: Adpatado, Relatório de Fundamentação do OGE-2020 revisto.

Por mais que o gráfico ilustre uma tendência crescente na distribuição das despesas por função, a realidade é que o OGE-2020 inicial sofreu uma redução no seu valor global para o OGE-2020 revisto. Com excepção das despesas com os serviços públicos gerais, os demais sectores registaram um aumento na revisão orçamental, pois o Executivo decidiu alocar mais verbas para o sector social, nomeadamente para a saúde, em consequência da Covid-19, e também se reviram em alta as despesas para o sector económico em função das medidas de alívio para as empresas, como forma de responder aos efeitos que a pandemia causou na economia angolana.

3.2. A execução orçamental de 2021

No caso da elaboração do OGE-2021, a sua execução foi caracterizada por um duplo choque, provocado pela pandemia da Covid-19, nomeadamente: i) choque sanitário, que está a levar à realocação de recursos para o redimensionamento dos sistemas nacionais de saúde; e ii) restrição significativa na movimentação de pessoas, com potencial de restrição da demanda agregada, dos fluxos do comércio internacional e do crescimento do PIB mundial.

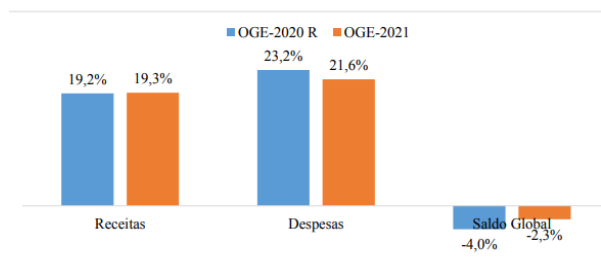
O Orçamento Geral do Estado para 2021 foi avaliado em cerca de Kz 14 785 mil milhões, reflectindo um aumento de 9,9% relativamente ao OGE-2020 Revisto (Kz 13 455,3 mil milhões). As projecções fiscais do OGE-2021 apontaram para um défice fiscal equivalente a 2,3% do PIB, uma redução de cerca de 1,6 p.p. em relação ao valor previsto no OGE-2020 Revisto (4,0%).

Tabela 2 — Quadro Macroeconómico de Referência 2021

Indicadores	2020	2021
	OGE revisto	OGE
Inflação (%)	25,0	18,7
Produção de Diamantes (Mil quilates)	8 000,0	9 141,0
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilate)	103,0	184,6
Produção de Petróleo + Gás Anual (M Bbl)	599,3	558,7
Produção Petrolífera (Mil Bbl)/dia)	1 283,5	1 220,0

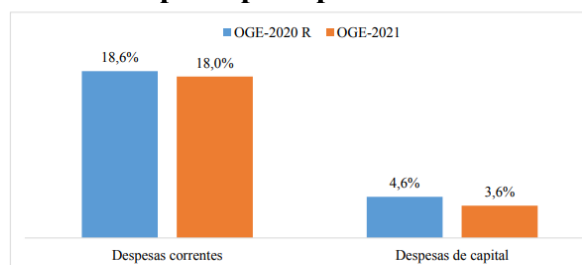
Fonte: Programação Macroeconómica Executiva Revista 2021, MEP, MINFIN, MINPET e BNA.

Em função das medidas adoptadas pelo executivo, cuja finalidade consiste em relançar a economia nacional com base num conjunto de programas, bem como reduzir os efeitos da pandemia sobre as condições de vida da população, o ano de 2021 foi marcante por conta da descoberta da vacina contra a Covid-19 (o que influenciou significativamente a subida do preço do barril de petróleo no mercado internacional) e também com as acções de vacinação por fase da população angolana. Neste sentido, para 2021, projectou-se uma taxa de inflação relativamente baixa tendo em conta o período anterior, isto pela implementação de um conjunto de acções que visam a redução dos preços, sobretudo os que compõem a cesta básica, para que os consumidores recuperem o seu poder de compra. Estas acções visam a atribuição de benefícios tarifários a produtos da cesta básica importados, a redução da alíquota do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre diversos produtos e a efectivação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI). De forma análoga, o OGE-2021 prevê um crescimento a nível genérico dos principais indicadores económicos, tal como espelha a tabela anterior.

Gráfico 3 — Quadro fiscal em 2021

Fonte: Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021.

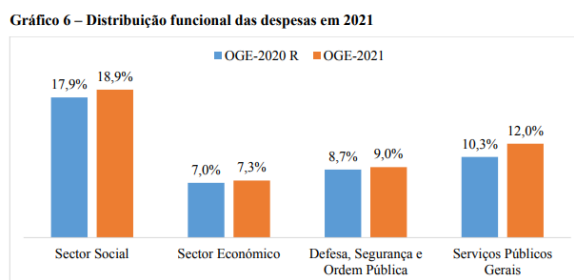
Contrariamente ao OGE do ano anterior, para o ano de 2021 previa-se uma arrecadação de receitas superior ao orçamento anteriormente revisto na proporção de apenas 0,1%, isto devido à retoma, embora lenta, da actividade económica motivada pela vacinação em massa da população a nível mundial, bem como pelo abrandamento dos casos de contaminação por Covid-19 registados em todos os países. Tal facto induziu os governos a procederem de forma gradual ao levantamento das restrições sanitárias impostas pela pandemia. De 2020 para 2021, houve uma redução nas despesas públicas, com base ao plano de optimização da despesa pública, e isto reverteu-se numa redução considerável do défice fiscal.

Gráfico 4 — Comportamento das despesas por tipo em 2021

Fonte: Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021.

Fruto da redução das despesas públicas no OGE-2021, verificou-se de forma semelhante uma redução das despesas correntes em 0,6% em relação ao orçamento do ano anterior, o mesmo ocorrendo com as despesas de capital, que caíram 1%.

Gráfico 5 — Distribuição funcional das despesas em 2021



Fonte: Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021.

Em relação ao OGE-2020 revisto, o OGE-2021 registou um aumento nas despesas funcionais, desde aumentos das dotações no sector social aos serviços públicos gerais, sendo os serviços públicos gerais os que mais registaram esse aumento, na proporção de 1,7% relativamente ao ano anterior.

De uma forma ou de outra, embora o OGE-2021 tenha registado ligeiros aumentos face ao OGE do ano anterior pelas razões já mencionadas, é comum a ideia de que a pandemia afectou e continua afectando negativamente a economia angolana e, sobretudo, as finanças públicas, sendo que os pressupostos para elaboração do OGE são baseados em um cenário de incerteza, face ao aumento de casos de infecção por Covid-19, pelo surgimento de novas variantes do vírus.

Actualmente, o surgimento das novas variantes pode causar efeitos mais nefastos à economia, que poderão levar o país de novo a um confinamento geral (declaração de estado de emergência), o que poderá significar enormes perdas para actividade económica, provavelmente obrigando a uma eventual revisão orçamental. É por esta razão que a Covid-19, por ser uma variável em constante evolução, continuará afectando negativamente a economia angolana.

CONCLUSÕES

Em função do que se abordou nas secções anteriores e em particular com os resultados apresentados, chegou-se às seguintes conclusões:

Por meio da abordagem teórica, comprovou-se que as pandemias têm enormes implicações para economia a nível dos países, na medida em que afectam a saúde humana, que constitui o factor essencial de produção, e a economia, pois restringem a produção e o consumo a todos os níveis e, conseqüentemente, canalizam os recursos da economia para o sector da saúde, causando enormes défices nas finanças públicas.

Com a aplicação dos procedimentos metodológicos, o problema foi solucionado, pois os resultados da investigação revelaram que, nos períodos de 2020 a 2021, a pandemia teve muitas implicações na economia nacional, reduzindo as receitas e elevando o défice orçamental, forçando o Governo angolano a criar um conjunto de medidas para contrapor os efeitos da pandemia.

Assim, as principais implicações causadas pela Covid-19 nos orçamentos de 2020 e 2021 estiveram numa redução do bolo orçamental da ordem dos 15,7% face ao OGE-2020 inicial, causando um aumento das despesas no sector social e um abrandamento económico que levou a uma redução significativa das receitas públicas. Para o ano de 2021, o OGE foi avaliado com um aumento na ordem dos 9,9% em relação ao do ano anterior, motivado pela descoberta da vacina contra a Covid-19 e pela retoma paulatina da actividade económica. Pese embora em 2021 se tenha verificado um aquecimento da economia angolana, o défice fiscal permanece devido ao aumento das despesas face às receitas e ao ambiente de incerteza no contexto da pandemia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Aruna, A., Mbala, P., Minikulu, L., Mukadi, D., Bulemfu, D., Edidi, F.,... e Worrell, M.C. (2019). Surto de Doença do Vírus do Ébola. Relatório Semanal de Morbilidade e Mortalidade.
- Baize, S., Pannetier, D., Oestereich, L., Rieger, T., Koivogui, L., Magassouba, N.F.,... e Günther, S. (2014). Emergência da doença do vírus do Ébola do Zaire na Guiné. Londres: New England Journal of Medicine.
- Bogner, P., Capua, I., Lipman, D.J., e Cox, N. J. (2006). Uma iniciativa global sobre a partilha de dados da gripe aviária. Londres: Natureza.
- Caballero, C.S., Escosura, L.P., e Nogal, C. A. (2020). Efeitos económicos da Morte Negra: Espanha na perspetiva europeia. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid. Instituto Figuerola.
- Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola. (2020). Covid 19: Impactos económicos e sociais em Angola: Contribuições para o debate. Luanda: CEIC-UCAN.
- Comissão de Mercados de Capitais. (2020). Avaliação do impacto da Covid-19 sobre o Mercado de Valores Mobiliários Angolano. Luanda: CMC.
- Cotula, L. (2021). Rumo a uma economia política da crise Covid-19: Reflexões sobre uma agenda de investigação e ação.
- Daunton, M. (2020). Da crise financeira global à Covid-19: Pagar os custos. *Jornal de História Europeia Moderna*.
- Flecknoe, D., Wakefield, B. C., e Simmons, A. (2018). Pragas e guerras: a pandemia da Gripe Espanhola como lição da história. *Medicina, Conflito e Sobrevivência*. Kabir, M., Afzal, M. S., Khan, A., e Ahmed, H. (2020). Covid-19 pandemia e custo económico; impacto nas pessoas deslocadas à força. *Medicina de viagem e doenças infecciosas*. Kuper, H., Lyra, T.M., Moreira, M. E. L., de Albuquerque, M. D. S. V., de Araújo, T. V. B., Fernandes, S.,... e Valongueiro, S. (2018). Impactos sociais e económicos da síndrome congénita zika no Brasil: Protocolo de estudo e fundamentação para um estudo de métodos mistos. *Pesquisa aberta*.
- Lee, B. Y., Alfaro-Murillo, J. A., Parpia, A. S., Asti, L., Wedlock, P. T., Hotez, P. J., e Galvani, A. P. (2017). O potencial fardo económico de Zika nos Estados Unidos continental. *PLoS negligenciou doenças tropicais*.
- Merson, M. H. (2006). A pandemia do VIH-sida aos 25 anos — a resposta global. *New England Journal of Medicine*.
- Ministério das Finanças. (2020). Relatório de Fundamentação do OGE de 2021. Luanda: Minfin.
- Ministério das Finanças. (2019). Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado de 2020. Luanda: Minfin.
- Ministério das Finanças. (2020). Relatório de Fundamentação do OGE revisto de 2020. Luanda: Minfin.
- Musso, D., e Gubler, D. J. (2016). Vírus Zika. *Revisões clínicas de microbiologia*. Nerlich, B., e Halliday, C. (2007). Gripe aviária: a criação de expectativas na interação entre a ciência e os meios de comunicação social. *Sociologia da saúde e doenças*. Petersen, L. R., Jamieson, D. J., Powers, A. M., e Honein, M. A. (2016). Vírus Zika. *New England Journal of Medicine*.
- Qiu, W., Rutherford, S., Mao, A., e Chu, C. (2017). A pandemia e os seus impactos. *Saúde, cultura e sociedade*.

Rowthorn, R., e Maciejowski, J. (2020). Uma análise custo-benefício da doença Covid-19. *Oxford Review of Economic Policy*.

